



EDITORIAL

Depois da crise dos anos 1980, da débâcle da década neoliberal dos anos 1990, muitos de nós, no Brasil, perplexos com o primeiro ano do governo Lula, queremos entender melhor a história brasileira do século XX, especialmente a partir do que se convencionou chamar de Revolução de 1930. Muitos de nós, durante bastante tempo, desprezamos e/ou menosprezamos o que chamávamos depreciativamente de 'Era Vargas' e de 'populismo'. Na semana em que se comemora mais um aniversário do dia 3 de outubro de 1930 e nos preparando para a celebração do cinquentenário da morte de Getúlio Vargas, o IHU Idéias desta quinta-feira tem como tema A Revolução de 1930: história e historiografia. Neste número do nosso boletim, discutimos o significado, os limites e as possibilidades de um

projeto de desenvolvimento nacional, hoje. A entrevista de Luiz Gonzaga Belluzzo, lida à luz da de Francisco de Oliveira, juntamente com a de Aziz Ab-Saber, ajuda a compreender o momento político atual, seus impasses e suas possibilidades. Este tema não se esgota com esta edição. Dentro do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, no mês de outubro, estaremos estudando Florestan Fernandes, depois de termos analisado Celso Furtado, e teremos uma aula com o próprio Francisco de Oliveira. Sempre dentro do evento IHU Idéias, voltaremos a abordar a história para entender, por ocasião do seu centenário, a figura de Júlio de Castilhos. Um número do boletim, sobre o mesmo, está sendo preparado. Será que a história política gaúcha não pode contribuir para que o Brasil saia do impasse dramático em que se encontra em termos da construção de um país economicamente justo, socialmente solidário e ecologicamente sustentável? Eis a questão que queremos discutir para contribuir com a nossa Universidade a fim de que participe deste debate, vital para o País.

A todos uma boa leitura e uma ótima semana!

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO DE 1930

Entrevista com René Gertz

Na próxima quinta-feira, dia 2 de outubro de 2003, o professor René Gertz, da PUCRS, abordará, no **IHU Idéias**, o tema **A Revolução de 1930: história e historiografia**. Gertz é professor titular na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ PPG em História na PUCRS, é doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FUB) Alemanha, mestre em Ciência Política pela UFRGS e graduado em História pela Unisinos. Confira a seguir uma entrevista concedida pelo professor René Gertz para **IHU On-Line**.

IHU On-Line- Alguns descrevem a revolução de 30 como um dos períodos mais ricos da história política brasileira. O que justificaria esta leitura?

René Gertz- Não há dúvida de que 1930 é muito mais um divisor de águas na História do Brasil do que qualquer um dos outros episódios desde a Independência - enormemente mais importante que a proclamação da República, por exemplo. Entre muitas outras coisas, podemos dizer que 1930 representa o início da transição do Brasil arcaico para o Brasil moderno, do Brasil rural para o Brasil urbano, coincide com a configuração definitiva do Estado brasileiro, dá início às preocupações do Estado com a questão social. Políticos e intelectuais da época falavam de “revolução brasileira”, sem que estivessem se referindo ao episódio em si, mas pensando num processo de longo prazo que iniciava na data. Mesmo que houvesse diferenças entre esses personagens sobre o rumo dessa “revolução” e sobre seu destino final, a sensação de que algo totalmente diferente havia começado em 1930 estava presente na cabeça de todos eles.

IHU On-Line- Que forças sociais, políticas e ideológicas concorrem entre si para afirmar o "seu" projeto de Estado?

René Gertz- Sem dúvida, um dos elementos fundamentais para a eclosão do movimento foi a cisão entre as próprias elites oligárquicas. As elites dissidentes lideraram o movimento, mas tiveram papel fundamental, sobretudo no aporte de contingentes de outros grupos sociais, elementos vagamente classificáveis de “classes médias”. Foi uma população urbana ávida por um lugar na cena política brasileira e castigada pela crise econômica. Os jovens militares, que, de alguma forma, faziam parte dessa massa mais ou menos indefinida de classes médias, com seu idealismo, serviram de modelo para os grupos civis. Sem dúvida, do ponto de vista ideológico, os vários movimentos que iniciaram na década de 1920 foram fundamentais: movimentos artístico-culturais, movimentos internos à Igreja Católica, movimentos no mundo intelectual (sobretudo o dos críticos do artificialismo das instituições brasileiras).

IHU On-Line- Quais as principais limitações nas leituras históricas feitas sobre esse período?

René Gertz- A incapacidade de se definir de forma mais ou menos clara e delimitada o sentido da revolução. Hoje em dia estão em voga classificações como “modernização conservadora”, “via prussiana” ou “bonapartismo” – expressões que tentam contornar problemas de uma definição inequívoca para a revolução de 1930.

IHU On-Line- FHC anunciou o fim da era Vargas, e o PT também é crítico a esse período. Há uma possibilidade de releitura?

René Gertz- A questão toda gira em torno do conceito de “populismo”. Qualquer governo tem algo de “populista”, mas em relação a Vargas e aos seus sucessores imediatos se utiliza, muitas vezes, essa expressão para designar, por assim dizer, sua essência. Os governos

militares combateram o populismo varguista, pelo perigo que ele, na opinião deles, representava para a estabilidade do país, mas não eliminaram várias de suas práticas. Exemplo: estender ao campo alguns dos benefícios dos trabalhadores urbanos. A partir de Collor e Fernando Henrique Cardoso, o populismo foi visto como algo arcaico e impeditivo para o país atingir a modernidade plena. Um salto para o Primeiro Mundo traria consigo a modernização e a superação do populismo. Já no governo atual, parece vigorar uma certa ambivalência. O PT, historicamente, se colocava numa posição crítica em relação ao populismo, pois ele inibiria a ação autônoma das classes subalternas na luta para alcançar sua libertação. O populismo era visto como um engodo – e, nesse sentido, os petistas assumiam uma posição que também é a dos tucanos. Mas como, no atual governo, por um lado, não se pensa ser possível realizar o salto para o Primeiro Mundo e ter, assim, *ipso facto*, resolvido os grandes problemas do país, mas, por outro, também se tem consciência de que uma grande mudança radical – o “socialismo” – está adiada *sine die*. Há muita gente no PT que está repensando o populismo, deixando de classificá-lo tão negativamente como acontecia até algum tempo atrás – para acentuar os benefícios supostamente inequívocos que ele trouxe para os subalternos.

IHU On-Line- É possível para o Brasil hoje, em tempos de globalização, pensar um projeto de desenvolvimento nacional?

René Gertz- A globalização e todas as suas conseqüências são, num horizonte realístico, inevitáveis e incontornáveis. Desenvolvimento nacional autônomo, no sentido em que era pensado na década de 1950, é impossível. Isso, no entanto, não significa que não se deva tentar tudo que for possível para barganhar. O dilema está, certamente, no tipo e na forma de barganha mais adequados. O governo de Fernando Henrique Cardoso aparentemente – inclusive em função do trânsito do presidente nos “altos círculos” internacionais – tentava barganhar via aproximação, via benevolência. Talvez no governo Lula essa tentativa de barganha mude para uma estratégia mais agressiva. O discurso recente de Lula na ONU, “falando grosso”, parece indicar esse caminho. Se a estratégia de Fernando Henrique não trouxe grandes benefícios, o fracasso também não teve grandes efeitos internos, pois essa questão sempre transitou dentro de trâmites muito diplomáticos, sem atingir a massa da população. Agora, se a estratégia de Lula não surtir efeitos, é muito provável que se tenha de apelar para o populismo, para a mobilização das massas, a fim de dar respaldo e credibilidade a essa barganha mais agressiva. São duas estratégias diferentes.

“O BRASIL ESTÁ NA FASE DE DOENTE TERMINAL, ACHANDO QUE VAI DAR TUDO CERTO”

Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo

O professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, é doutor em economia pela mesma instituição em que trabalha, com tese intitulada Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política. Entre seus livros publicados citamos Depois da Queda - A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Belluzzo concedeu uma entrevista por telefone a IHU On-Line, na sexta-feira passada, dia 26 de setembro. O economista faz um resgate de aspectos da Era Vargas e aponta alguns caminhos para o desenvolvimento do País. Do professor Belluzzo, IHU On-Line publicou um artigo intitulado Até o FMI já percebeu, na edição número 65, de 23 de junho de 2003.

IHU On-Line- Qual é a leitura que o Sr. pode fazer hoje do projeto de desenvolvimento nacional tão presente na Revolução de 1930?

Luiz Gonzaga Belluzzo- A revolução de 30 ocorre no momento de transformação de um país rural e oligárquico que estava embalado por um movimento mundial de crise profunda do capitalismo. A crise dos anos 1930, a chamada grande depressão, foi um dos fatos mais dramáticos do século XX, que teve conseqüências importantes, como a descoberta das políticas anticíclicas e as brutais relações econômicas promovidas pelo nazismo e pelo fascismo. Ademais havia a experiência soviética, que parecia imune aos efeitos da crise. A Rússia havia iniciado uma industrialização forçada sob o comando brutal do stalinismo. Mas, para o mundo capitalista, parecia uma trajetória inalcançável. Então, as políticas nacionais ganharam, naquele momento, uma grande importância. A economia alemã que estava com 44% de empregos só saiu da crise a partir de uma grande intervenção do Estado, e o Brasil captou essas influências muito fortemente, com uma adaptação local dessas propostas industrializantes de incentivos da economia nacional que se prolongaram durante os anos 30, sobretudo depois do golpe de 1937 e durante a guerra. Nesse momento, começou uma política de reformas: Getúlio fez a reforma do serviço público, criou a carteira de crédito industrial do Banco do Brasil, houve o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional que se completou durante a guerra numa negociação com os americanos. O nascimento e o desenvolvimento de projetos nacionais prosseguiram com a guerra por conta das reformas que foram feitas na economia internacional, e depois, pelo consenso de que era preciso, no caso dos países desenvolvidos, manter o pleno emprego e incorporar as massas às normas de consumo capitalista. Nos países periféricos, o correspondente eram os projetos nacionais de industrialização. O Brasil emergiu da Segunda Guerra, com projetos de redemocratização e, depois, com a volta de Getúlio ao poder, com um projeto nacional de desenvolvimento que teve seqüência, com os militares. Eles interromperam o processo democrático, mas não perderam o rumo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, ao projeto nacional. Isso só entrou em crise, realmente, nos anos 1980 e se esfacelou nos anos 1990, completamente.

***IHU On-Line-* O novo cenário internacional permitiria um projeto de desenvolvimento nacional?**

Luiz Gonzaga Belluzzo- Se olharmos o mundo no final do século XIX, ou mesmo no século XX, o consenso era que a economia precisava se ajustar aos constrangimentos externos. Havia a concepção liberal que, à economia internacional, você devia colocar o mínimo de obstáculos possíveis. Isso era o equivalente à globalização. Eu suspeito que, neste momento, estamos vivendo uma crise muito mais profunda da globalização do que podemos imaginar. Mas há uma pressão muito grande dos países desenvolvidos, sobretudo, dos Estados Unidos e dos países europeus, contra a China, que foi a principal beneficiária desse processo de globalização. Estão surgindo pressões protecionistas nos Estados Unidos, para que se preserve a manufatura americana e os empregos de melhor qualidade na indústria. Estamos entrando numa crise muito profunda de projeto globalitário, comandada pelas grandes corporações americanas e pelos mercados financeiros. Penso que essa crise vai contaminar a política. O debate nos Estados Unidos, no período eleitoral, vai ser centrado nessas questões. Eu não sei se vamos voltar, nos mesmos moldes, aos projetos nacionais, mas vai haver uma ênfase maior sobre as economias nacionais. Ou se reforma completamente o sistema internacional e se encontra uma forma de integrar as economias nacionais sem destruí-las, ou vamos assistir a uma crise sem precedentes, tão profunda, não com a mesma morfologia, mas, tão profunda quanto a crise dos anos 1930. Isso vai colocar as forças sociais na busca de uma solução melhor para a integração das economias nacionais, numa economia internacional mais regulada.

IHU On-Line- Que tipo de projeto de país está sendo construído atualmente. O Governo do PT tem um projeto de desenvolvimento nacional?

Luiz Gonzaga Belluzzo- Acho que não, o PT nunca teve isso muito claro. O PT tinha duas correntes, uma sindical, mais pragmática, que é a que está no poder, e que tem uma visão de que é possível, através de política das alianças, criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento. A outra corrente, mais socialista, não pensou a administração de uma economia capitalista. Eu sempre brinco dizendo que o operário no poder não quer dizer o poder dos operários. O PT sempre foi muito reativo à idéia de um projeto nacional e muito negativo na avaliação do chamado período populista. A continuidade de um projeto de desenvolvimento nacional não faz parte da cultura do PT.

IHU On-Line- O que é necessário reverter mais urgentemente nas políticas do governo atual?

Luiz Gonzaga Belluzzo- Em primeiro lugar, reduzir muito a dependência do financiamento externo. Participamos de dois tipos de endividamento externo: um na década de 1980 e o outro em 1990. Eles submeteram a política econômica, e o País teria que, rapidamente, reduzir isso, mas a circunstância não é tão fácil assim, porque estamos entrando numa etapa de maior protecionismo dos países desenvolvidos. Há um conflito comercial de grandes proporções. Mas, o País não pode submeter sua política econômica a um reajuste imposto por um endividamento externo excessivo e por uma dívida interna que tem dificuldade de ser paga, até porque as taxas não caem em função do endividamento externo muito alto e dos compromissos em moeda estrangeira que não vamos conseguir pagar. Essa é a questão central. Suspeito que não é fácil de combinar a necessidade de redução com o crescimento mais elevado da economia.

IHU On-Line- A moratória da dívida externa será algo inevitável também para o Brasil?

Luiz Gonzaga Belluzzo- Isso é o que vai acabar acontecendo, porque a dívida é muito onerosa para a economia brasileira. Reestruturar a dívida atualmente até está sendo aceito pelo FMI.

IHU On-Line- Como o Sr. vê os passos que o Governo Kirchner, na Argentina, está dando nesse sentido?

Luiz Gonzaga Belluzzo- Pode parecer paradoxal, mas o governo Kirchner tem uma grande vantagem em relação a nós, pelo fato de a Argentina ter decretado a moratória. É impossível para o governo argentino ter outra atitude que não seja propor a reestruturação da dívida. Desde o período da pós-independência até agora, a história de América Latina é um pouco essa, uma história de crise, endividamento e moratórias. As pessoas não querem admitir isso porque não estão informadas, ou as que estão informadas, agem de má-fé. Acho que há uma complacência - que os países asiáticos, por exemplo, não têm - com esses ciclos de financiamento externo que se esgotam, às vezes, de forma catastrófica. Nós já tivemos dois, mas parece que a experiência não é uma boa guia das políticas de endividamento externo. Kirchner está dizendo o óbvio, o FMI foi cúmplice da política de convertibilidade, que Argentina ia ter uma crise cambial financeira, era óbvio, qualquer pessoa com um mínimo de experiência em história econômica e história financeira sabe que o modelo argentino estava fadado ao desastre. Isso ficou mais claro ainda depois da crise mexicana e da crise asiática. É impossível, sem um desconto na dívida, que a economia argentina volte a ter um mínimo de viabilidade. Agora vai depender muito de como o Kirchner vai administrar a economia doméstica. Espera-se que a economia retome o crescimento. O Brasil está ainda naquela fase em que o doente terminal está achando que vai dar tudo certo. É meio chocante, mas é verdade.

IHU On-Line- Acha que o presidente argentino foi mais ousado que o brasileiro?

Luiz Gonzaga Belluzzo- Não tenho certeza que seja uma questão de ousadia. Acho que, no caso de Lula, ele ficou muito impressionado pela rapidez com que a situação internacional mudou. Ela que, aparentemente, estava fora do controle no período eleitoral, foi colocada sob controle, até porque a situação internacional melhorou muito espontaneamente.

IHU On-Line- Como o Sr. vê as críticas do governo anterior e do atual à Era Vargas?

Luiz Gonzaga Belluzzo- O Presidente Fernando Henrique fez uma avaliação incorreta, do que foi a Era Vargas. A idéia dele de que, na verdade, quem moveu o desenvolvimento no Brasil foi o capital estrangeiro é um erro de interpretação. Foi a convocação entre o Estado Nacional, a criação do empresariado nativo, autóctone e forte e o capital estrangeiro. Soube combinar as três coisas junto com políticas que buscavam proteger o processo de desenvolvimento nacional dos solavancos da economia internacional. Ajudou também o fato de que o mercado internacional de capitais estava praticamente desmontado. Mas, a idéia de que Brasil pudesse fazer uma integração nacional de tipo liberal, como Fernando Henrique propôs, reproduzindo fórmulas que já tinham sido experimentadas e que não tinham dado certo, tem uma origem muito paulista. São Paulo foi o estado que mais se beneficiou com a estratégia nacional desenvolvimentista, e, na verdade, que gerou a mentalidade mais hostil a essas políticas, por causa do cosmopolitismo paulista. E é um paulista quem está fazendo essas afirmações. São Paulo sempre ergueu a bandeira das reformas liberais e mesmo a esquerda paulista sempre foi mais liberal que o resto da esquerda brasileira. Muito mais liberal que a esquerda gaúcha, que é muito mais nacionalista, e o PT nasceu aqui, no ABC. Uma vez, há muitos anos, Lula dizia para mim "Se a empresa é nacional ou internacional não me interessa", é tudo igual. Essa idéia de terminar com a Era Vargas e equiparar isso ao processo de modernização do Brasil é um equívoco. Pode-se superar a Era Vargas no sentido hegeliano, superar conservando. Agora destruir a Era Vargas é uma besteira monumental, porque isso é constitutivo do País. É possível superá-la, mas é impossível dar um salto para a contemporaneidade ignorando o fato de que Brasil é um país periférico, fato essencial na percepção dos ideólogos do varguismo. Na cabeça deles estava muito claro que Brasil precisava de políticas muito distintas das dos países desenvolvidos.

IHU On-Line- Onde estão os herdeiros da busca de um projeto de desenvolvimento nacional?

Luiz Gonzaga Belluzzo- São muitos grupos, mas muito dispersos e muito enfraquecidos do ponto de vista de sua capacidade de influenciar. Você tem a formação partidária nos partidos políticos, tanto de esquerda como de direita. Dentro da intelectualidade há muita gente que a imprensa retrata mal, porque a imprensa também é cosmopolita. Há, por exemplo, na Universidade de Campinas, um núcleo interessante de pessoas que pensa as questões estratégicas, assim como há, também, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como nas Forças Armadas, que teve um papel importante no período desenvolvimentista. Além disso, a juventude brasileira está começando a perceber, depois de ter passado por um período de reeducação de valores liberais, muito individualistas, etc., que o futuro dela está muito ligado ao do País, que não adianta se mudar para Miami, particularmente a da classe média.

REPENSAR O PAPEL DO ESTADO A PARTIR DE UM PACTO POLÍTICO

Entrevista com Ângela de Castro Gomes

Ângela de Castro Gomes é doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Seus trabalhos abordam o pensamento social brasileiro, partidos políticos e sindicatos, a República e o trabalho no Brasil. **Cidadania e direitos do trabalho** é o título do seu mais recente livro, publicado em 2002, pela Editora Zahar.

IHU On-Line – Em seu texto, *Ideologia e trabalho no Estado Novo** (*Texto publicado no livro *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999), a Sr.^a observa que, nos anos 1930, a pobreza sintetizava todos os problemas nacionais, e que o combate a ela, juntamente com a organização do mercado de trabalho, orientaram as políticas públicas de então. Há semelhanças entre aquela época e os dias atuais?

Ângela de Castro Gomes – Acho que não. É difícil fazer aproximações entre as políticas públicas dessas diferentes épocas. Pode-se apenas concluir que o déficit social permanece como pano de fundo. Mas ele é mais grave, com o surgimento de problemas então inexistentes, como a questão da segurança, por exemplo. Acho que há muito mais diferenças do que semelhanças. No cenário que vai se moldando a partir da década de trinta e chega ao Estado Novo, o que se viu foi a montagem do aparelho de Estado. Tivemos a criação, por exemplo, do Ministério da Educação e Saúde, as políticas públicas estavam começando a ser implantadas. Agora, vivemos uma situação diferente. Trata-se de fazer o Estado funcionar, eliminar ou reduzir a corrupção, adequar a legislação às novas relações sociais e econômicas, entre outras medidas.

IHU On-Line – Mas o papel do Estado, nos dois casos, não é semelhante?

Ângela de Castro Gomes – São inserções diferentes. No período referido, a grande novidade era o Estado atuando, intervindo, se constituindo de fato de um ator, entrando na cena pública. Não podemos esquecer que, embora o período de Vargas seja lembrado pelo seu autoritarismo, antes do Estado Novo tivemos um período constitucional que gerou um “estoque” de direitos trabalhistas, a atuação do Estado já se fazia notar. No período atual, trata-se de repensar o lugar do Estado, de repensá-lo a partir de um grande e necessário pacto político.

IHU On-Line – A senhora está se referindo às reformas em andamento?

Ângela de Castro Gomes – Inclusive. Elas têm a ver com as novas relações, com práticas instituídas de uma nova realidade. Sabe-se que o setor industrial perdeu espaço, as relações de trabalho ocorrem mais no setor de serviços, ou mesmo na agricultura, que está se reposicionando. Então, surgem novas formas, novos aspectos dessas relações que a legislação não contempla, naturalmente.

IHU On-Line – O Estado passa a ter um papel indutor?

Ângela de Castro Gomes – Passa a ter um papel que eu chamaria de “protetivo”, ele passa a ser o responsável pela realização de um pacto, em nome da boa sociedade, valorizando as instituições. Aliás, estamos vivendo uma conjuntura favorável que já vem da Constituição de 1988. E o Lula, com a sua biografia única, sua história de trabalhador, é uma figura pública confiável.

IHU On-Line – Mas esse novo papel destinado ao Estado parece não estar sendo aceito por muitos setores sociais. Qual a causa dessas resistências?

Angela de Castro Gomes – É um equívoco tratar as mudanças na base do “tudo ou nada”. Mas o temor dos trabalhadores é justificado. A classe empresarial brasileira resiste às mudanças de maneira histórica e sistemática. Resiste à idéia de que os trabalhadores têm direitos fundamentais. Há direitos dos trabalhadores que estão ligados à vida, aos direitos civis. No caso das mulheres, por exemplo, as questões trabalhistas fazem fronteira com as questões de gênero. E as crianças? O trabalho infantil já existia no Estado Novo, claro, mas agora assumiu dimensões inimagináveis. Então, se as mudanças precisam contemplar os novos tempos, o Estado precisa garantir novos direitos. As relações precisam ser repactuadas.

IHU On-Line – Esse pacto ao qual a Sr^a se refere poderá originar um conjunto de relações e medidas de importância assemelhada àquelas originárias do Estado Novo?

Angela de Castro Gomes – As reformas que estão em andamento poderão ser o marco inicial de uma fase nova. Mas não podemos esquecer que elas ainda não foram consumadas. Elas devem preservar e aperfeiçoar conquistas históricas, obtidas com muitas lutas. Estamos vivendo um momento especial, mas acho arriscado fazer comparações. Dizer, por exemplo, que a Era Vargas chegou ao fim pode servir para o discurso político, mas sabemos que muitas coisas originárias daquele período permanecem, talvez venham a permanecer, assim como outras já desapareceram. A questão não é essa. O importante é definir de maneira ampla e visível o que precisa mudar, como isso será feito, quando e em nome de quem. Pela primeira vez, isso poderá ser feito de forma substancial.

UMA REVISÃO DO PERONISMO

Entrevista com Marcelo Da Costa

*A revisão dos chamados populismos não é exclusividade do Brasil. Na Argentina, historiadores fazem uma releitura do Governo de Juan Domingo Perón (1895-1974) com olhares menos condenatórios. Nesse sentido, IHU On-Line conversou com Marcelo Fernando da Costa, argentino de Buenos Aires, mestrando em História na Unisinos. Sua dissertação versará sobre o tema Idéias e Movimentos Sociais Latino-Americanos. Marcelo é graduado em História e graduando em Psicologia na Unisinos. Traduziu o livro **La Historia de los Hombres**, de Josep Fontana. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. Ele conversou com **IHU On-Line** sobre a importância do peronismo argentino.*

IHU On-Line- Qual é a leitura mais recente do peronismo feita por alguns autores, em que é diferente da visão tradicional?

Marcelo da Costa- O regime peronista e a doutrina que levantava sua bandeira, o justicialismo, geraram as mais variadas e contraditórias interpretações, fundamentadas em premissas ideológicas diversas que serviram, em mais de uma oportunidade, a objetivos políticos específicos. As múltiplas definições do peronismo desvirtuaram, com freqüência, sua própria essência, mais do que esclareceram as particularidades de sua obra de governo. Perón mesmo zombava, em suas memórias, dos diversos rótulos que tentaram atribuir-lhe: “*Uns me chamavam fascista, e outros nazista, e até disseram que era comunista e nazista, como se pudesse ser nazista e comunista ao mesmo tempo*” Os primeiros sociólogos e historiadores a tratar do peronismo o fizeram no período que se convencionou chamar de *desperonización* num ambiente totalmente adverso ao governo que era destituído e que tinha intervindo nas universidades. A maioria desses

intelectuais eram declaradamente antiperonistas (os peronistas estavam no exílio). No fim de 1960, a historiografia marxista nos propunha outro modelo explicativo: proletários inexperos e incapazes de tomar consciência de seus verdadeiros interesses de classe, dominados pela ideologia burguesa, controlados e manipulados por um político demagogo e por uma burocracia sindical. Mais tarde, sem alternativas, a esquerda argentina, na década de 1970, oferecia uma visão de proletários exemplares, construindo um movimento peculiarmente argentino em direção ao socialismo e à liberação nacional. Finalmente, na década de 1980, e principalmente nos anos de 1990, com a volta do governo peronista ao poder, influenciados pela história cultural, pelas novas abordagens, novas fontes e novos enfoques, os historiadores tentaram captar a complexidade do fenômeno peronista, chamando a atenção para a interinfluência líder/massas que suplantava as interpretações germânicas de disponibilidade das massas e da relação vertical com o líder. Esta corrente historiográfica, reivindicava o *protagonismo* da classe trabalhadora, descaracterizando sua manipulação, utilizando para isso a análise do período pós-1955 no qual fica evidente a atuação das massas na resistência ao regime militar.

IHU On-Line- O que mais resgataria do Governo Perón?

Marcelo Da Costa- De 1943 a 1955, a Argentina sofreu transformações irreversíveis. Isso pode ser creditado a um período histórico peculiar e a um contexto econômico favorável, mas não se pode omitir a condução de um homem que teve a percepção de interpretar, com uma clarividência particular, este contexto. Mas, se por um lado, a Segunda Guerra Mundial impulsionou as economias sul-americanas; por outro, o período imediatamente anterior ao peronismo não percebeu, ou não quis perceber, as transformações da sociedade argentina. Talvez este seja o maior mérito do então Coronel Perón: explicar sua atuação na desacreditada Secretaria de Trabalho, um órgão abandonado, sem expressão, e que o futuro presidente converteu no “motor” da sua ascendência e na sua plataforma política. Não foi simplesmente um discurso sedutor impregnado de conceitos, como justiça social e humanização do capital da doutrina social da igreja, foram medidas e realizações concretas que, se por um lado, cooptaram os sindicatos e suas lideranças, por outro, em poucos anos, atenderam reivindicações inimagináveis para os trabalhadores. A partir de 1944, a Secretaria legislou sobre um volume elevado de questões trabalhistas, contrastando totalmente com o período anterior, para ter uma idéia da magnitude observe-se que, de 1940 a 1943, se promulgaram 7 decretos e leis, enquanto, de 1943 a 1946, foram 111 as medidas tomadas. Em 1944, promulgou-se legislação sobre férias, trabalho infantil, regulamentou-se a jornada de trabalho, empréstimos para casa própria, acidentes de trabalho, criou-se a Direção Geral de Assistência e Previdência Social. Por outro lado, a transição que transformaria uma sociedade agrária em uma sociedade industrial era um objetivo declarado. Durante o peronismo, o impulso industrialista se intensificou, por meio de políticas públicas que buscavam completar o processo de substituição de importações. Os dois instrumentos chaves desta orientação foram a política de crédito e a proteção mediante mecanismos comerciais e cambiais O Banco Industrial, criado em 1944, e o Banco Central, nacionalizado em 1946, permitiram que o grau de substituições industriais na Argentina alcançasse, em 1950, o índice mais alto entre os países semi-industrializados. Nesse sentido, os anos do peronismo foram anos vigorosos de crescimento industrial, porém, em detrimento da produção rural. Perón realizou um enorme esforço redistributivo e conseguiu que a participação dos assalariados no ingresso nacional fosse a mais alta da história durante seu governo, mas, lamentavelmente, não criou condições

para que esta situação se perpetuasse: descuidando a produção agrícola e protegendo a indústria, de tal maneira que a tornou obsoleta. Minimizou, disfarçou e postergou decisões que só ele, dada sua força política, poderia ter tomado.

***IHU On-Line*. Como está o peronismo, ou os peronismos, hoje?**

Marcelo Da Costa- A renúncia do Presidente De La Rúa e o caos social, que determinou seu fracassado governo, geraram uma crise política na Argentina sem precedentes. Como esta crise se produz, quando a União Cívica Radical e o Frente do País Solidário (FrepaSo) estavam no governo, seu impacto sobre a governabilidade foi enorme, gerando uma crise político-institucional que foi provavelmente a mais grave da história argentina. O principal resultado disso é que o peronismo se transforma no partido hegemônico da Argentina, como ficou evidenciado nas últimas eleições presidenciais em que a disputa eleitoral se deu dentro do próprio peronismo. Lamentavelmente a hegemonia de um partido quebra o almejado equilíbrio democrático. E, em democracias jovens como a nossa, o sistema eleitoral não se sustenta pela tradição das leis, e sim, pelo equilíbrio das forças políticas. Acontece que, numa democracia, as instituições e os partidos estabelecem equilíbrios e, quando estes se quebram, repercute negativamente na saúde do sistema democrático como um todo e principalmente no próprio partido hegemônico.

***IHU On-Line*. O que o chamado "populismo" (seja de Perón, Getúlio Vargas, etc.) poderia ensinar aos atuais governos latino-americanos?**

Marcelo da Costa- Todo acontecimento histórico adquire, através do tempo, ressignificações, que se transformam em função do presente. Desta forma, a história dialoga com o presente constantemente ajudando-nos a interpretá-lo e refletir sobre ele. Assim, a história desempenha uma função social já que se transforma numa ferramenta ímpar de análises e de reflexão. No entanto, esta visão retrospectiva da história não pode ser utilizada para acusar ou defender o passado, o historiador não é juiz, promotor ou advogado dos acontecimentos e personagens históricos. Mas não deve furtar-se de uma análise e, na medida do possível, de uma comparação com o presente que sirva para, de certa forma, aprender com o passado, resgatando situações que nos fazem compreender nossa história. Os governos ditos populistas, muito mais do que seus estereótipos pejorativos, apresentaram um programa de grande comprometimento social, de superação do subdesenvolvimento e, principalmente, no caso argentino, de autodeterminação e autonomia na sua política internacional. Qualquer análise do Governo Menem, mesmo que superficial, evidenciará o fosso que existiu nas suas políticas de sucateamento do Estado, de submissão à política internacional e principalmente de total indiferença para com o social. Um presidente que se elegeu, portando a bandeira peronista e anunciando a *revolución productiva*, mas que destruiu a indústria nacional. É prematuro e perigoso fazer qualquer tipo de análise do Governo Kirchner, mas o destino do País está novamente em mãos peronistas. Esperemos que desta vez se levem em consideração os conceitos e as bandeiras históricas do peronismo de Perón.

DESTAQUES DA SEMANA

Entrevista da Semana

*Reproduzimos a seguir a entrevista de Aziz Ab-Saber, publicada no jornal **O Globo**, em 28 de setembro de 2003. Geógrafo, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, autor de diversas teorias e projetos inovadores na geografia brasileira, tendo recebido o Prêmio Santista e o Prêmio Almirante Álvaro Alberto, oferecido pelo CNPq, Aziz Ab-Saber concedeu uma entrevista a **IHU On-Line** publicada na edição número 60, de 19 de maio de 2003.*

“A LIBERAÇÃO DESTA SOJA É UM ABSURDO”

Integrante do grupo de intelectuais ligados ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o geógrafo Aziz Ab-Saber é um crítico severo à introdução da soja transgênica no país. Estudioso do tema e ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ab-Saber afirma que, ao optar pelo plantio e pelo cultivo do produto, o país perde uma de suas maiores riquezas: a soberania sobre a exportação de soja natural. Ab-Saber considerou um desafio a decisão do governo brasileiro de liberar o plantio do produto, especialmente em relação à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, contrária à medida. Ele é contra a soja transgênica, mas defende o plantio de outros produtos geneticamente modificados desde que sejam necessários ao país.

O senhor ficou surpreso com a decisão do governo de permitir o plantio de transgênicos?

Ab-Saber: Não apenas surpreso, mas indignado. O governo não entende que há pressão de ordem internacional para que o Brasil entre na soja transgênica apenas para acabar com a soberania do país na produção e na exportação de soja natural.

O senhor sairia em defesa da Ministra Marina Silva?

Ab-Saber: O que os colegas do governo fizeram com a Ministra foi um desafio. Ela defende um projeto que sempre foi apoiado pelo próprio PT.

Por que o Brasil não deveria ser produtor e exportador de soja transgênica?

Ab-Saber: Falta conhecimento sobre estudos de previsão de impacto, seja para projetos desenvolvimentistas ou mesmo governamentais. A liberação desta soja é um absurdo. A tecnologia de obter transgênicos resolve vários problemas com certo acerto técnico-científico. Portanto, não estou preocupado com produtos transgênicos que podem ser liberados. Mas liberar os transgênicos que dizem respeito à geopolítica internacional das exportações é um absurdo.

Qual a maior implicação no comércio exterior brasileiro?

Ab-Saber: Os EUA entraram na produção de soja transgênica. A Argentina, forçada por grandes companhias, também. E, agora, uma dessas empresas tenta, por todos os meios,

inclusive pressões e concessões para políticos, fazer com que o Brasil entre na soja transgênica.

Na sua opinião, a maior preocupação deve ser com a saúde pública?

Ab-Saber: Não é um problema de saúde pública. Provavelmente, a soja transgênica, que não é usada muito pelos brasileiros, não vai ter consequência para a saúde. Mas esse não é o problema. O Brasil precisa pensar em sua posição internacional em termos de mercados.

Se entrar no mercado de transgênicos, o que pode acontecer?

Ab-Saber: Se entrar, vai perder mercados. Hoje, o Brasil tem o maior mercado do mundo com a soja natural. E os outros países ficam desesperados de saber que o Brasil, um país de terceiro mundo, é campeão na produção de uma soja bem recebida em todo o mercado mundial. Qualquer opinião jurídica sobre a soja transgênica é extremamente perigosa para o projeto agrícola e econômico brasileiro.

Faltariam incentivos para a produção da soja transgênica?

Ab-Saber: Os EUA têm condições de oferecer grandes subsídios para seus plantadores. Assim, o Brasil, que não poderia fazer o mesmo, continuaria secundário. Lá (nos EUA) já disseram que, se a soja transgênica não der certo, dentro das considerações de mercado, eles voltam para a natural. Ao mesmo tempo, eles insistem para que liberemos espaço para a soja transgênica.

Houve uma decisão da Justiça favorável ao plantio da soja transgênica.

Ab-Saber: A juíza que autorizou a questão da soja para a Monsanto cometeu um erro histórico. Ela não sabe nada de previsão de impacto ou de geopolítica internacional. É uma coisa que influi na história política e econômica do Brasil. E tem muita gente não querendo perceber a guerra que está acontecendo e que só vai favorecer quem tem mais força.

Alguns especialistas alegam que os transgênicos poderiam solucionar o problema da fome. O senhor concorda?

Ab-Saber: A soja não é um produto que usamos costumeiramente em nossa alimentação, a não ser no óleo. Num país onde se come carne de bode, não há espaço para alimentação à base de soja.

O senhor seria a favor de que outros produtos fossem modificados geneticamente no país?

Ab-Saber: Sim, mas todos os produtos que são transgênicos devem ser muito bem estudados para saber se têm ou não consequências negativas. Acredito que o Brasil poderia ter diversos transgênicos, mas apenas quando o produto interessa ao país.

O governo está fazendo vista grossa para essa questão?

Ab-Saber: Este ano, o lucro da produção geral brasileira foi um dos mais favoráveis com a soja natural. Mas a idiotização e a politização errada das pessoas fazem com que não olhem o próprio país em primeiro lugar. A questão de soberania não é de ministro nem de autoridade alguma, mas do presidente da República. Ao liberar a soja transgênica, comete-se uma indignidade.

Mas não é possível que o Brasil consiga abrir mercado internacional para a soja transgênica, assim como fez com o similar natural?

Ab-Saber: Eu fico muito triste, porque a pobre da Argentina, que mudou para a soja transgênica, o máximo que conseguiu foi projetar sua produção para o Rio Grande do Sul (as sementes foram contrabandeadas do país vizinho pelos fazendeiros gaúchos), que é um estado fundamental no processo da produção da soja natural.

Normas reguladoras não poderiam sustentar uma produção de soja transgênica no Brasil?

Ab-Saber: Desde que o governo neutralizou a CTNbio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), que estava encarregada da segurança alimentar e biológica, ficou muito difícil pensar em normas. A CTNbio estaria encarregada de desenvolver pesquisas sobre transgênicos para verificar se há fatos positivos ou negativos.

O senhor acredita que a alternância no poder prejudicaria um eventual projeto de produção de soja transgênica?

Ab-Saber: Essas pesquisas sobre produtos são demoradas, e os governos se sucedem de quatro em quatro anos. O perigo é duplo. Além da falta de compromisso, numa certa fase de transição haverá soja natural e transgênica em expansão e teremos misturas nos produtos.

Análise de Conjuntura

*Reproduzimos a seguir a entrevista a Francisco de Oliveira, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em 22 de setembro de 2003. Respondendo ao repórter Rafael Cariello, Francisco de Oliveira fala sobre a reedição de seu livro **Crítica à Razão Dualista**. Francisco de Oliveira é professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da USP e coordenador científico do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP. Entre suas inúmeras obras publicadas, destacamos **A Economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal Editora, 1989; e **Os Direitos do Antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998. Professor emérito de sociologia da USP, Francisco de Oliveira ocupa posições nos conselhos de administração das principais fontes de recursos para investimentos no país: o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e os fundos de pensão das empresas estatais. A participação institucional dos trabalhadores na gestão desses fundos é anterior a Lula na Presidência. Não podendo ser acusado de inventar uma espécie de "aparelhamento" financeiro, o governo atual é menos causa que consequência do processo. A tese está no posfácio inédito à sua **Crítica à Razão Dualista**, obra de 1973 que a Boitempo Editorial reedita agora. **O Ornitorrinco** é o título do texto.*

*De Francisco de Oliveira, **IHU On-Line** publicou uma entrevista na edição número 46, do dia 9 de dezembro de 2002; um artigo na edição número 49, de 24 de fevereiro de 2003; uma aula magna proferida no início do ano letivo de 2002 e publicada na edição 55, do dia 14 de abril de 2003; e uma entrevista na 74ª edição, de 8 de setembro de 2003.*

*Francisco de Oliveira estará na Unisinos, no dia 16 de outubro, das 20h às 22h, no Auditório Central, dentro da programação do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU. O tema que será abordado pelo professor será **Perspectivas do Brasil com o novo governo**.*

Folha - No Ornitorrinco, o Sr. cria uma teoria para explicar a mudança do PT e o comportamento do governo Lula. Como é que se dá esse processo?

Oliveira - Isso se deu de forma bem prática, sem nenhuma teoria apriorística. Durante a ditadura, os militares inventaram os fundos de pensão de cada empresa estatal. Não havia isso antes de 64. Suponho que o Banco do Brasil sempre teve, porque sempre foi uma corporação muito forte. Depois, virou regra geral. Todas as empresas estatais constituíram seus fundos de Previdência privada. Todos eles têm origem em empresas estatais: Previ, Eletros, Petros, Portus, esse da Caixa Econômica, todos os fundos de Previdência complementar. Como foi feito? A ditadura fez assim: o funcionário aplica R\$ 1 e a empresa, R\$ 1. Veio a Constituinte de 1988, que criou o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é a principal fonte de recursos do BNDES. Então, há duas coisas: a principal fonte de recursos para acumulação de capital a longo prazo no Brasil, é o FAT, via BNDES, e a principal fonte de recursos para investimento patrimonial, não necessariamente investimento de capital, mas pode ser, é de trabalhadores. É por isso que eu disse: se um marciano saltar aqui, acha que este é um país socialista. Aliás, numa intervenção no Senado, o [senador Aloizio] Mercadante se gaba disso. Diz que a Previ é um enorme sucesso porque os trabalhadores viraram donos da Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce e de importantes empreendimentos do País. Essas duas coisas foram criando uma casta de administradores que são funcionários, operários e sindicalistas das grandes empresas e das grandes centrais.

Folha - Que é a elite do sindicalismo brasileiro?

Oliveira - Que é a elite do sindicalismo brasileiro?. Quer dizer, o FAT é administrado pelo BNDES, existe um representante das centrais sindicais que se senta no Conselho do BNDES para poder dar palpite sobre o FAT. Foi se criando uma elite de sindicalistas, de operários, de funcionários, que são os gestores desses fundos.

Folha - Que o Sr. defende serem uma nova classe social?

Oliveira - É, é uma nova classe social.

Folha - Que não é nem burguesia, nem trabalhadores.

Oliveira - Não, eles não são burgueses propriamente, porque eles não têm a propriedade nem eles são gestores das empresas privadas. Eles estão no ponto crucial, onde o capital privado busca recursos para acumular. Esse ponto crucial são os fundos estatais, de um lado, e os fundos institucionais, de outro. Eles viraram administradores de fundos, eles são uma nova classe.

Folha - E dá para dizer que é natural esperar que essa elite fosse a mesma elite do PT, quer dizer, fossem os dirigentes do partido também?

Oliveira - É natural devido à origem desses fundos. Eles são todos fundos de empresas. E de outro lado a Constituinte deu às centrais sindicais a representação na administração do FAT, na administração do Conselho de Administração do BNDES. É natural desse ponto de vista. Não é ideologicamente natural, mas era de se esperar que, como a CUT e as formações ligadas ao PT são a força principal, eles estivessem lá. Mas daria no mesmo se fosse a Força Sindical. No caso aí, o hábito faz o monge. Eu desloco a discussão para além de coisas como traição ou o que quer que seja. Quero saber quais são os mecanismos estruturais que criam esses processos.

Folha - E como é que na prática isso explica o comportamento do governo, suas prioridades?

Oliveira - Porque são interesses poderosos. Quando perguntaram ao primeiro-ministro da Inglaterra depois da Segunda Guerra - que era um trabalhista mesmo, não era nada nobre - o que ele ia fazer sobre o processo de descolonização, ele respondeu que não tinha sido eleito para liquidar o império. É mais ou menos essa a situação. Eles chegam lá e viram administradores de fundos e vão estar interessados em que esses fundos dêem certo, em que eles tenham rentabilidade, porque, como é fácil de explicar, o que está em jogo é a aposentadoria deles, essa aposentadoria complementar. Então, eles estão interessados em investir nos empreendimentos capitalistas mais importantes. Como é que isso passou para o PT? O PT historicamente vem de três forças, uma das quais foi o sindicalismo, a outra foram bases da igreja e a terceira os deserdados da esquerda que se juntaram no PT. Ora, a esquerda vinda da Igreja Católica está grandemente liquidada dentro do PT. Não tem mais nenhuma expressão, foi posta de lado, mesmo os evangélicos, de entrada mais recente, também estão sendo postos de lado. Os que não concordam são postos de lado. A fração sindicalista ganhou predominância dentro do PT e fundiu-se com a fração chamada de origem política propriamente. Fundiu-se por quê? Fundiu-se pelo velho interesse burocrático, sem sentido pejorativo. O PT é hoje, e já há algum tempo, a maior máquina partidária deste país. Dizendo em jargão mais banal: tem interesses a defender. Eles foram indicados gestores desses fundos e influenciam o partido. O conhecido sr. Luiz Gushiken é ligado a isso, como o Berzoini. Eles estão defendendo interesses que são legítimos do ponto de vista deles. Não vão fazer nada além do que a representação, que os trabalhadores lhes deram, obriga-os a fazer. Só que aí eles se descolam. Você vai ver o sujeito votando no Conselho do BNDES por um investimento que vai desempregar também. Então, o argumento do Mercadante, numa intervenção que ele fez no Senado, de que isso modifica a relação de capital e trabalho... Ou esse senador não aprendeu nada e precisa voltar à escola ou ele está mistificando. Não muda a relação capital-trabalho coisíssima nenhuma. Os novos proprietários tornam-se capitalistas e vão empregar de novo trabalhadores, mesma relação. Mas isso mudou o caráter ideológico porque há interesses concretos a defender.

Folha - Sobre esse caráter ideológico, o Sr. faz um paralelo entre PSDB e PT e entre as universidades PUC-Rio e FGV de São Paulo. Qual é a relação?

Oliveira - O que são os expoentes maiores do PSDB? De um lado você encontra concretamente gente que passou do aparelho de Estado para o sistema financeiro. Sem muita explicação teórica: Edmar Bacha virou banqueiro, Pérsio Arida virou banqueiro, os Mendonça de Barros viraram banqueiros, até João Sayad tinha sido banqueiro até pouco tempo atrás. Banqueiro é uma expressão máxima, mas, todos eles, de alguma maneira, entraram para o sistema financeiro. Por quê? Porque, à semelhança dos que simetricamente estão do outro lado, eles conhecem o caminho das pedras também e eles têm relações profundas com o Estado, com o governo, têm interesses mesclados e fazem uma espécie de outra metade da laranja. Podem pensar que estão ideologicamente opostos, mas, do ponto de vista real de seus objetivos e interesses claros, são a mesma coisa.

Folha - Os petistas e os tucanos?

Oliveira - É a mesma coisa. Eles se sentem parte do mesmo jogo. Eles se sentem fazendo parte dos mesmos grupos de interesse. É forte, não é uma coisa banal. Eu usei no *Ornitórrinco*, só não dei o nome, mas todo mundo reconhecerá, esse sr. Delúbio Soares [secretário de Finanças do PT, ex-representante da CUT no conselho de administração do FAT no BNDES]. Esse rapaz era um metalúrgico. Foi a Folha que noticiou, e eu tomei a notícia daí, que o aniversário dele foi comemorado numa fazenda em Goiás, numa festa de arromba, e a

reportagem contou 18 jatinhos na tal fazenda. Isso é trabalhador?(¹) Ou estamos enganados... Eles se sentem parte do mesmo grupo social, dos mesmos interesses e é por isso que a política brasileira está nesse impasse. Todo mundo é situação.

Folha - A importância desses sujeitos é que administram esses recursos? São os principais recursos do país?

Oliveira - São. O FAT, de um lado, na acumulação de capital, no financiamento da acumulação de longo prazo, e os fundos de Previdência são os principais investidores institucionais. Todas as privatizações feitas desde o [ex-presidente] Fernando Collor foram decididas pela entrada de um fundo de Previdência vindo das estatais. Quando o Fernando Henrique quis ferrar com o Antônio Ermírio de Moraes, por razões até hoje mal-explicadas, na compra da Vale do Rio Doce, ele e o gordo sinistro, aquele que morreu [Sérgio Motta, que foi Ministro das Comunicações de FHC], e outros chamaram a Previ e mandaram entrar no outro consórcio.

Folha - Integrantes do PT, gente dessa elite já participava disso?

Oliveira - Claro, já estavam. Isso é uma prática que o PT inventou? Não. Não é uma invenção de maldade do PT nem por cooptação ideológica. São processos objetivos que a institucionalidade criou e criou na melhor das intenções. Não é maldade inventada. Mas isso cria novos interesses, cria nova consciência social.

Folha - Isso se reflete como na política? A crise na política vai além da aproximação desses partidos? É possível esperar novos partidos de esquerda para defender interesses que o PT já defendeu?

Oliveira - É difícil. Não é impossível, essas relações não são congeladas, é um processo muito dinâmico, mas eu acho que o ornitorrinco conspira contra isso. Não é fácil porque as forças históricas que constituíram os partidos de esquerda estão em forte mudança no mundo todo. Não é porque a social-democracia corrompeu, e vá lá que corrompeu, seria impossível não corromper. Corromper do ponto de vista mais banal. É uma mudança profunda na relação de forças, na classe, na sua formação.

Folha - Por que o ornitorrinco conspira contra a política?

Oliveira - Porque o ornitorrinco é essa coisa truncada. Ele produz esse exército "informal" [de trabalhadores] e não dá para fazer política assim. Fazer política sem algo que estruture objetivamente os interesses é tarefa de missionário. É preciso chamar de novo os padres Nóbrega e Anchieta para reevangelizar. Por que esses partidos de classe surgiram na esteira de sindicatos? Porque é uma estrutura material de interesse capaz de agregar. São interesses que agregam, do lado dos capitalistas e dos trabalhadores. Quando essa estrutura material se desintegra, fazer política é coisa de missionário. As condições que formaram o PT não existem mais. Existirão outras certamente, mas quais? Ninguém sabe. Vai ser feito por experimentação social. E pode não dar em nada. Vamos acabar com essa crença automática no progresso. Pode não dar em nada.

PARA SOCIÓLOGO, MISÉRIA AJUDOU PAÍS A CRESCER

"Como é que me caiu a ficha? Trabalhava em Santos, tinha sido criada uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e os arquitetos faziam uma pesquisa sobre habitação popular.

¹ - leia abaixo as cartas de Delúbio e de Francisco de Oliveira, publicadas na **Folha de S. Paulo**, 24-9-03.

Encontraram um resultado enigmático: a maior parte da população pobre pesquisada era proprietária de suas casas, que eram feitas em mutirão. Eu disse: aqui está a explicação! São proprietários porque usam, além de suas horas de trabalho, seus feriados, seus domingos, nessa coisa que é tradicional: você faz uma feijoada, chama os amigos, toma cerveja e levanta a parede."

E assim foi concebida a ***Crítica à Razão Dualista***, obra reeditada este mês pela Boitempo Editorial, pelo sociólogo Francisco de Oliveira, 69.

Por meio da agricultura não capitalista, dos serviços "informais" urbanos e do trabalho não monetarizado, os trabalhadores teriam o seu "custo de vida" reduzido, permitindo que o salário mínimo para sua reprodução física fosse rebaixado e a acumulação capitalista e os investimentos acontecessem.

A tese era contrária à idéia da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) de oposição entre dois setores na economia brasileira, um "dinâmico" e outro "atrasado". Segundo Oliveira, ao contrário, a informalidade e a miséria seriam condições indispensáveis para o avanço capitalista no Brasil.

O *Ornitórrinco* representa a estagnação desse processo após a revolução tecnológica. A tecnologia necessária para os grandes investimentos, de conhecimento universal até então, tranca-se nas patentes e nas pesquisas científicas de ponta. O País não tem condição de bancar o investimento.

A economia brasileira continua associando "exclusão" com acumulação de capital - como o uso de camelôs na distribuição *just in time* de cerveja nos estádios -, sem ser todavia capaz de crescer com o vigor da maior parte do século 20.

A respeito da entrevista acima, Delúbio Soares e Francisco de Oliveira publicaram as seguintes cartas na *Folha de S. Paulo*, 24-9-03:

"Na entrevista "Nova classe social comanda governo Lula, diz sociólogo" (*Brasil*, 22/9), o professor Francisco de Oliveira refere-se a mim no trecho "Eu usei no *Ornitórrinco*, só não dei o nome, mas todo mundo reconhecerá, esse Sr. Delúbio Soares. Esse rapaz era um metalúrgico. Foi a *Folha* que noticiou, e eu tomei a notícia daí, que o aniversário dele foi comemorado numa fazenda em Goiás, numa festa de arromba, e a reportagem contou 18 jatinhos na tal fazenda. Isso é trabalhador?". Esclareço que a referida festa era a festa de Santos Reis, realizada na fazenda Barreirinho, em Buriti Alegre (GO), em 4/1/2003. Essa festa faz parte da tradição da cidade e a cada ano realiza-se sob a responsabilidade dos festeiros escolhidos pela comunidade. Neste ano, a festeira foi minha mãe, que cumpria promessa de 40 anos de um voto que fizera. Na ocasião, o "Painel" publicou nota referindo-se à presença de jatinhos na festa. Solicitei ao repórter da coluna em Brasília que retificasse a notícia a bem da verdade, porque não havia jatinhos e não era meu aniversário. Embora em toda a minha trajetória, eu sempre tenha tido laços estreitos com os metalúrgicos, sou professor de matemática e nunca fui metalúrgico."

Delúbio Soares, secretário Nacional de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores (Brasília, DF).

"A *Folha* abriu um enorme e generoso espaço para a entrevista que concedi ao repórter Rafael Cariello. Nesse mesmo espírito, solicito publicar uma retificação de minha parte às informações sobre o senhor Delúbio Soares. Segundo ele, e não tenho por que duvidar, ele não é nem nunca foi metalúrgico; a festa que houve foi uma festa popular de tradição na cidade onde nasceu, em Goiás, e não houve caravana de jatinhos. Em atenção e respeito às pessoas das

quais discordo na prática política, peço que façam essa minha retratação. Não retiro nada das considerações a respeito da nova classe social que se está formando e de sua influência no PT, mas respeito aqueles de quem discordo. E o repórter Rafael Cariello foi absolutamente fiel ao que eu declarei, não lhe cabendo nenhuma responsabilidade por eventuais falhas de informação de minha parte."

Francisco de Oliveira (São Paulo, SP)

Livro da Semana

HOLLOWAY, Richard. *Sobre o perdão: como perdoar o imperdoável*. São Paulo: Planeta, 2003. 96 páginas.

"O PERDÃO NOS PERMITE PARAR O MECANISMO DA VINGANÇA"

*Reproduzimos a entrevista a seguir, feita ao padre anglicano Richard Holloway, autor do livro **Sobre o perdão: como perdoar o imperdoável**. São Paulo: Planeta, 2003. Na entrevista, publicada no **Jornal do Brasil**, em 20 de setembro de 2003, o autor defende o ato de perdoar como saída para o mundo em conflito. "Só existe perdão, se existe, onde existe o imperdoável." A frase do filósofo francês Jacques Derrida é a epígrafe de **Sobre o perdão: como perdoar o imperdoável**, do sacerdote anglicano Richard Holloway. Partindo dela, o autor faz uma breve e inteligente análise do mecanismo falta/perdão e defende que perdoar é a solução para o mundo.*

*Durante anos, o religioso mergulhou em pesquisas sobre o assunto e foi convidado pela Universidade de Glasgow, em 2001, para dar quatro palestras, que, ampliadas, deram origem ao volume curto e de texto leve, no qual se destaca uma preocupação com o bem-estar da humanidade independentemente de religião. Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, Holloway cita os pensadores e analisa os conceitos que deram sustentação ao livro. Lá estão Freud, Nietzsche, Derrida e Hannah Arendt, com seus modelos de piedade e de justiça. "Arendt diz que, apesar de não podermos desculpar um ato, podemos, às vezes, perdoar o ator", explica o sacerdote, que aproveita para fazer uma dura crítica à sociedade americana, dizendo preferir "a ironia e a complexidade européias às simplicidades duais dos Estados Unidos".*

JB - Em tempos de disputa e guerras, qual a importância de se aprender a perdoar?

Richard Holloway - Os humanos têm duas capacidades inatas: uma para a justiça e outra para o perdão. A justiça é nossa resposta imediata às ofensas e pode levar a ciclos de vingança. É o que acontece na Palestina e em Israel. É aí que o perdão aparece e, de onde quer que venha, ele traça uma linha sobre a ofensa, coloca-se de maneira firme sobre o passado e permite que as pessoas e a comunidade se movam em direção ao futuro.

JB - Foi para mostrar isso que surgiu a idéia de escrever um livro sobre o perdão?

Richard Holloway - A princípio escrevi as quatro palestras que me pediram para a Universidade de Glasgow, mas este é um assunto sobre o qual sempre pensei e falei por anos. Com alguma frequência, grandes almas emergem e mostram para a humanidade o caminho da cura e da completude. Jesus foi uma destas almas. Mas existe um mistério sobre o perdão. Algumas pessoas são praticamente incapazes de praticá-lo e outras têm uma enorme capacidade de perdoar. Deve ter algo a ver com a força interna da pessoa.

JB - O Sr. comenta no livro que "nossa recusa anterior em perdoar terá destruído a ponte que agora nós mesmos precisamos atravessar". Isso acontece em nome da justiça?

Richard Holloway - Penso que se deve respeitar a justiça, o perdão e a necessidade de identificar os males que fazemos aos outros, assim como devemos ter a habilidade de não ficarmos presos ao mal que nos fizeram para sempre. O perdão nos permite parar o mecanismo da vingança e nos dá o futuro de volta. Se não perdoarmos, acabamos vivendo apenas no passado, passando sempre pela dor que nos foi causada. É uma forma de prisão espiritual.

JB - Como a religião contribuiu para a dificuldade que o homem tem em perdoar?

Richard Holloway - Judaísmo, cristianismo e islamismo têm toda a tradição da misericórdia e do perdão, mas cada um tem sua ênfase. O judaísmo dá maior ênfase à justiça, o cristianismo, ao perdão e o islamismo, à obediência. Mas, embora o cristianismo enfatize teoricamente o perdão, ele nunca foi muito bom em colocá-lo em prática.

JB - Perdoar significa esquecer?

Richard Holloway - Não penso que isso seja possível. Hannah Arendt é interessante neste aspecto. Ela diz que apesar de não podermos desculpar um ato, podemos, às vezes, perdoar o ator. Posso nunca perdoar o que alguém fez contra mim, mas posso perdô-lo por ter feito isso.

JB - O Sr. também fala da "religião sem religião" de Derrida. As pessoas estão ficando mais sinceras em procurar o bem sem se preocuparem com a justiça divina?

Richard Holloway - Sim, acredito que muitas pessoas respeitem hoje alguns dos maiores valores das maiores religiões, sem consentir com a questão religiosa. Moralmente falando, é melhor ser bom por si só do que para evitar o inferno. Ser bom para fugir da punição é uma espécie de resposta à chantagem, e não um comportamento ético.

JB - A filosofia é importante em seu livro e o Sr. fala bastante de Hanna Arendt e Jacques Derrida. Ela propõe modelos diferentes para os pensamentos europeu e americano; para este, o modelo de justiça, e para aquele, o de piedade. A partir desta consideração, o Sr. acredita que alguns povos têm mais capacidade de perdoar que outros?

Richard Holloway - Este é um ponto fascinante. Arendt propõe que os Estados Unidos são uma estranha combinação de liberdade política e conformidade, o que pode ser uma das razões para que seja menos fácil um entendimento da posição do outro. No inconsciente americano existe a questão de se acharem os donos da verdade, eles pensam neles mesmos como predestinados que rejeitaram a decadência da complexidade europeia em nome de simples virtudes fronteiriças.

JB - Fronteiriças porque os americanos não conseguem pensar no meio-termo, nas nuances? Como se, até a fronteira, tudo fosse bom, e a partir dela, tudo mau?

Richard Holloway - Sim, este tipo de pensamento caracteriza a Casa Branca de hoje, que divide o mundo entre bons e maus, como em filmes de caubói. Mas também há virtudes na simplicidade dos Estados Unidos e vícios na complexidade europeia. Pessoalmente, prefiro a ironia e a complexidade europeias às simplicidades duais dos americanos.

JB - O senhor também fala de Nietzsche e Freud em seu livro.

Richard Holloway - Eles e Marx foram chamados de grandes profetas da suspeita, porque investigaram os motivos escondidos e não admitidos de determinadas características humanas. Eu os adoro, porque, como o menino da história, Nietzsche, Freud e Marx mostraram que o rei está nu, em vez de ficarem dizendo que estava magnificamente bem vestido.

JB - Quão diferentes são os mecanismos de perdoar pequenas e grandes faltas. Qual a diferença entre o perdoável e o imperdoável?

Richard Holloway - A diferença é enorme, mas, estranhamente, às vezes, é mais fácil perdoar o monstruoso do que as pequenas irritações diárias. Esta é a diferença entre o perdoável e o imperdoável. Males monstruosos, como o genocídio, são quase impossíveis de se perdoar, mas se não os perdoarmos, se não encontrarmos forças para nos afastarmos deles, ficamos numa armadilha, na loucura. É isso que mostra a necessidade de se perdoar o imperdoável. Trata-se do tipo de impossibilidade criativa que Derrida chama de "loucura do impossível", sem a qual ficamos presos ao passado.

JB - O Sr. trabalhou com terapia de criminosos. O que se pode observar e aprender com eles no que diz respeito ao perdão?

Richard Holloway - Trabalhar com criminosos que pararam de fugir da verdade é recompensante. Eles começam a assumir a responsabilidade do que fizeram, podem achar que a sociedade também é responsável pelo que eles se tornaram, mas param de usar isso como um alibi. Eles também aprendem a perdoar seu próprio passado para ter algum futuro.

JB - Os brasileiros perderam recentemente um herói, Sérgio Vieira de Melo, que era filósofo de formação e em seu trabalho na ONU permitia um papel muito importante às mulheres como elemento apaziguador e essencial na reconstrução de países. O Sr. expõe uma opinião muito parecida no seu livro.

Richard Holloway - A perda de Sérgio Vieira de Melo para o mundo é incalculável e me sensibilizo com a dor dos brasileiros. Seu modo de pensar sobre as mulheres nos processos de paz era muito interessante. Talvez exista algo genético no homem que lhe faz ser mais difícil recuar, enquanto as mulheres parecem ter um consenso criador, de construção, e mais condições para atividades cooperativas. Acredito que, se mais líderes mundiais fossem mulheres, haveria menos guerras. Não é por acaso que o número de crimes violentos é maior entre homens do que entre mulheres.

JB - Seu livro tem sido bem comentado na Europa. O Sr. acredita que as pessoas estão se cansando da justiça e partindo em busca de paz e tolerância?

Richard Holloway - Penso que estamos todos muito preocupados com o nível de violência e instabilidade de hoje. A sofisticação cada vez maior das armas torna possível a destruição do mundo. Somos como crianças raivosas jogando com explosivos. Mas acredito que a forte oposição à guerra do Iraque mostrou um movimento em prol de uma política mais razoável.

Deu nos Jornais

O estado da Companhia

Jesuítas reunidos em Loyola na Espanha

Realiza-se, em Loyola, Espanha, a 69ª Congregação de Procuradores da Companhia de Jesus. O jornal espanhol *ABC*, 21-9-03, noticia que o superior geral da Companhia de Jesus, Peter-Hans Kolvenbach, traçou um valente informe da situação dos jesuítas em todo o mundo, que inclui o trabalho positivo em favor da educação e os direitos dos pobres, mas também escândalos de abusos sexuais em algumas províncias da Companhia, a falta de vocações e a existência de alguns ambientes 'fortemente marcados pelo nacionalismo e o racismo'. Na sua

análise, precedida dos informes enviados pelos provinciais da Companhia de Jesus em todo o mundo, o padre Kolvenbach, segundo o jornal *ABC*, sublinha que “é do conhecimento público que certas províncias descobriram entre seus membros casos de abusos sexuais que põem gravemente em dúvida nossa credibilidade apostólica e a imagem do jesuíta”. Ao mesmo tempo, reconhece que, não obstante, “em amplos setores da Companhia, o celibato consagrado se vive da maneira mais clara e límpida, sem a menor ambigüidade que possa privá-lo da sua capacidade de testemunho evangélico”. Kolvenbach, que agradeceu aos procuradores “o tom franco e realista dos informes”, aprofundou, no seu relato, a necessidade de “enfrentarmos com franqueza toda a verdade da Companhia de Jesus, com suas luzes e suas sombras, suas forças e suas debilidades, seu vigor apostólico e os seus freios”. Entre as principais preocupações, o mandatário dos jesuítas apontou a “alarmante ausência de vocações para a vida de irmão. A idade dos candidatos segue subindo e optar pela Companhia é evidentemente um problema”. Finalmente, Peter-Hans Kolvenbach assinalou que “temos que reencontrar incessantemente o caminho da solidariedade com os pobres, que correm o risco de serem os últimos servidos na eleição de nossas prioridades apostólicas e do nosso estilo de vida pessoal e comunitário”. “Devemos ter a valentia – acrescentou o superior geral da Companhia de Jesus – de ser a voz dos sem voz, em nome daquele que é seu amigo, e reforçar os centros sociais com pessoal e meios econômicos, para que possam intervir com competência e eficácia”. Segundo o mesmo jornal, hoje, no mundo, são 20.400 jesuítas.

A opção pelos sem voz e sem vez Uma entrevista de Peter-Hans Kolvenbach

Peter-Hans Kolvenbach concedeu uma entrevista ao jornal espanhol *ABC*, 21-9-03, que, parcialmente, reproduzimos. Perguntado qual era o objetivo da Congregação de Procuradores em Loyola, ele responde: “Na Companhia de Jesus, a última instância reside na Congregação Geral, submetida, naturalmente, à aprovação do Papa. Mas Santo Inácio de Loyola não era muito inclinado a convocá-la, porque implicava deslocamento de jesuítas entregues a um trabalho apostólico para Roma, e sua ausência causaria transtornos na continuidade da obra. Em mais de 450 anos de história, somente se celebraram 34 Congregações Gerais. O fim primordial de uma Congregação de Procuradores é decidir se, uma vez vista a situação da Companhia no mundo, é conveniente convocar uma Congregação Geral. Também eu recebo uma importante informação para o governo ordinário da Companhia”.

ABC: Uma das questões que chama a atenção nos jesuítas é a diversidade de critérios entre seus membros sobre temas como eutanásia, os nacionalismos ou a ação da Igreja no mundo. Como se vive esta falta de uniformidade?

Kolvenbach: A uniformidade nunca foi uma característica da Companhia de Jesus, ainda que Santo Inácio insistisse na união de mente e coração entre os jesuítas, que é compatível com a diversidade de costumes, inclinações e opiniões no que não toca os fundamentos essenciais da vida cristã e religiosa. Ninguém duvida de que esta diversidade seja uma faca de dois gumes, uma bomba que pode explodir e causar vítimas. Mas Santo Inácio pensava que os jesuítas alcançariam uma maturidade que os levaria a dar importância a estes matizes pessoais e aceitar que a diversidade pode evitar o estancamento e a rotina apostólica.

ABC: Até onde chega a liberdade de opinião na Companhia?

Kolvenbach: Não creio que seja possível traçar um limite preciso para a liberdade de opinião. Os jesuítas se têm esforçado em estar na vanguarda, nas trincheiras onde nem sempre se distingue com nitidez o contorno das novas realidades que se apresentam à Igreja e à

humanidade. Naturalmente, há limites no exercício de discordar dentro da Companhia. É condição indispensável para quem queira se alistar na Companhia de Jesus aceitar que as opiniões pessoais não tenham um valor absoluto. Mas também não se deve considerar uma declaração de guerra à comunidade quando algum dos seus membros difere em certos campos.

Jesuítas reunidos em Loyola terminam encontro Não haverá nova Congregação Geral

O jornal *Diário Vasco*, 23-9-03, publica uma entrevista com o José María de Vera, jesuíta encarregado do setor de comunicação da Companhia de Jesus, informando que hoje termina a Congregação dos Procuradores. Explicando o que é uma Congregação de Procuradores, José María Vera diz: “Trata-se de uma reunião que acontece a cada três anos para analisar o estado da Companhia de Jesus e na qual participam representantes eleitos pelas 85 províncias ou comunidades da ordem distribuídas por todo mundo. Cada um destes eleitos expõe a situação do lugar em que trabalha e a partir daí se abre uma reflexão. Uma das missões é decidir se se convoca ou não uma congregação geral, que é o órgão máximo encarregado de tomar decisões de grande envergadura: nomear um geral, modificar de forma drástica uma determinada linha de atuação”. José María de Vera informa que “se decidiu que não é necessário convocar uma congregação geral”.

Um dia com cor argentina O acordo Argentina e FMI

O jornal *Clarín*, 21-9-03, com o título acima, comemora a formalização do acordo da Argentina com o FMI, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Para o jornal, “poderia dizer-se que ontem, dia 20-9-03, o que a Argentina formalizou com o FMI foi um acordo atípico para uma situação verdadeiramente atípica. E enquanto banqueiros e financistas o subestimavam, as delegações de países endividados o festejavam como uma virada de página”. Segundo o jornal, “durante a longa negociação, a Argentina conseguiu o que agora é uma mudança de linguagem no FMI. Na Carta de Intenção, se condiciona o superávit fiscal primário (excedente das contas públicas sem descontar o pagamento da dívida) a objetivos de crescimento sócio-econômico. Quando se verifica na prática, trata-se de uma mudança de magnitude. Esta é uma novidade que alegrou o Ministro brasileiro, Antonio Palocci, que busca o mesmo para o seu país”. Para um conhecido banqueiro dos EUA, segundo o jornal *Clarín*, 21-9-03, que pediu sigilo do seu nome, foi muito notável a mudança do FMI. “Há exatamente um ano, Anne Krueger (a número dois do organismo) dizia que o PIB da Argentina ia cair 16%. Vocês cresceram e seguem crescendo e agora o FMI assina um salvo-conduto. Quem pode entender isso?” – sorriu com ironia.

Banqueiros criticam acordo com a Argentina FMI foi leniente

O presidente do Banco Itaú, Roberto Setúbal, criticou, segundo *O Estado de S. Paulo*, 22-9-03, o acordo do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a Argentina. “Os fluxos de capital não vão retornar com este acordo, porque ele não é suficiente para trazer a confiança e o crescimento de volta”, disse Setúbal, em uma entrevista da cúpula do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) em Dubai, onde ocorre a reunião anual do FMI e do Banco Mundial. O Itaú opera na Argentina. Setúbal, *vice-chairman* do IIF - uma associação dos grandes bancos internacionais -, acompanhou a opinião quase unânime dos banqueiros, que deploraram o acordo fechado entre o Fundo e a Argentina, pelo qual dívidas de US\$ 21 bilhões

com o FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serão refinanciadas nos próximos três anos. A Argentina suspendeu os pagamentos de uma dívida externa com credores privados de cerca de US\$ 100 bilhões, e provocou grandes perdas aos bancos no processo de desvalorização e 'pesificação' da sua moeda (antes atrelada ao dólar), há pouco menos de dois anos. Na visão dos bancos, o acordo é muito leniente com a Argentina, por ter uma meta de superávit primário (exclui juros) de 3% do PIB apenas para 2004, e deixar a fixação final do indicador e a formulação em detalhes de medidas de ajuste fiscal e de saneamento bancário para o próximo ano.

Camaleões do Cone Sul

A Argentina de Kirchner e o Brasil de Lula

O Caderno Fim de Semana *Eu&*, do jornal *Valor Econômico*, 19 a 21-9-03, publica, sob o título acima, a matéria de capa que discute a possibilidade de que a "conjuntura político-econômica da Argentina e do Brasil pode desviar o ex-operário Lula para a rota da direita e o peronista Kirchner para a da esquerda". O jornal pergunta: "Estaria Kirchner levando o peronismo para a esquerda depois da fase ultraliberal de Carlos Menem?" Segundo Renato Janine Ribeiro, filósofo, "a diferença entre os dois governos (Lula e Kirchner) e seus partidos é que o PT de Lula sempre teve um ideário sólido, embora sempre tenha sido um partido com facções. Por isso, a mudança nas diretrizes de Lula é mais grave. Já o histórico peronista tem um componente de esquerda no passado, que se alterou com Menem. O partido é mais ou menos como o PMDB no Brasil, com várias posturas ideológicas, não há um norte definido". Ainda segundo o filósofo, "o problema é que sempre é preciso fazer um ajuste no ideário quando se passa da oposição para a situação. Politicamente, Lula tem a perder, Kirchner, a ganhar".

Um jogo dos espelhos

A dupla 'traição' ideológica

Sob o título acima, Demétrio Magnoli, doutor em Geografia Humana pela USP e editor do jornal *Mundo - Geografia e Política Internacional*, escreve no jornal *Valor Econômico*, 19 a 21-9-03, sobre a mudança do peronista Kirchner e de Lula: "a dupla 'traição' ideológica não pode ser explicada na esfera das ideologias. A corrente peronista, liderada por Kirchner, não transplantou um coração vermelho para o lado esquerdo do peito, nem o PT de José Dirceu e Frei Betto aderiu por convicção à fé liberal. No fundo, as duas novas elites dirigentes guiam-se pela mesma bússola, cujo norte aponta na direção da ordem, ou seja, da estabilidade política e institucional". Para o geógrafo, "se Lula é refém das finanças internacionais, Kirchner é refém da ira das ruas, e a sua única chance de reconstruir a ordem consiste em deixar o fogo da *montonera* esfriar lentamente". E conclui: "Lula e Kirchner desempenham seus papéis nos dramas históricos simétricos do Brasil e da Argentina. Aqui, um partido que nasceu da aliança entre sindicalistas e organizações de esquerda transita para se tornar um pilar da ordem, seguindo uma trilha estreita e sinalizada pelas finanças internacionais. Lá, depois do colapso financeiro que arruinou os partidos tradicionais, uma corrente peronista procura reconstruir a ordem flertando com o nacionalismo antiimperialista".

O mito da identidade nacional

Segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello

O historiador Evaldo Cabral de Mello, recifense, irmão do poeta João Cabral de Melo Neto, está relançando o livro *Na fronda dos mazombos - Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, pela Editora 34, concedeu uma longa entrevista ao jornal *O Globo*, 20-9-03. Na

entrevista, o autor do livro *O Negócio do Brasil*, fala sobre a identidade nacional: “Esse é o tal negócio: o Brasil inventou, a partir do modernismo, com *Macunaima*, com base em determinados elementos da realidade brasileira, essa identidade nacional. Mas isso é, na verdade, uma criação. Não há identidade nenhuma, há uma criação, como uma invenção literária, uma invenção em matéria de idéias. O problema também é que — isso você pode pôr para chatear os cariocas — essa história de caráter nacional brasileiro é uma besteirada. Não sei como o gaúcho vai se rever no mito do malandro carioca. Nós somos todos provincianos — paulista, cearense, gaúcho, paranaense, inclusive carioca. Mas o carioca é o único brasileiro que se acha cosmopolita. É muito provinciana a maneira como os cariocas se referem ao Rio, como se fosse a oitava maravilha do mundo, e com esses problemas todos. O carioca é muito imaginoso”.

Ócio e consumo As diferenças

Por ocasião do lançamento da tradução espanhola do seu livro *O próximo e o distante*, Renato Ortiz, doutor em sociologia e antropologia pela École de Hautes études en Sciences Sociales e professor da Unicamp, concedeu uma longa entrevista ao caderno cultural do jornal argentino *Clarín*, 20-9-03. Na entrevista, Renato Ortiz analisa que “o consumo é uma força muito grande de transformação do passado, deste mundo do trabalho e de reordenação do presente. Mas, em que sentido o consumo é distinto do ócio? O ócio se opõe ao trabalho. O consumo, pelo contrário, não é antitético ao trabalho; o consumo tem um pouco de trabalho e um pouco de ócio. Está localizado na infra-estrutura, para falar em termos marxistas, e também na superestrutura. Tem que ver com a esfera da produção e com a do simbólico. Esse elemento, digamos, de ‘civilização’ é um elemento novo, em oposição à modernidade do século XIX e parte do século XX. Hoje o consumo se transformou numa instituição, numa força produtiva e também numa força simbólica, de escala planetária”. Refletindo sobre o entretenimento, na mesma entrevista, o antropólogo afirma: “Creio que, no século XX, a categoria entretenimento vai tomando uma dimensão que não tinha antes. Hoje, na medida em que é uma das indústrias mais poderosas, o entretenimento passa a ter uma importância superlativa. Por importância quero dizer que cria uma escala de valores, cria hierarquias, cria poder e posições diferenciadas e derivadas do poder. Eu creio que não seria tão aberrante imaginar que o entretenimento é hoje uma espécie de categoria ‘civilizatória’: não era assim no século XIX e não era assim em boa parte do século XX”.

João Pedro Stedile critica ‘setor neoliberal’ do governo O povo quer mudanças

O coordenador do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), conforme a *Folha de S. Paulo* de 23/09/03, afirmou, no Seminário do BNDES, no Rio de Janeiro, sobre a Inclusão Social no País, onde foi um dos debatedores que “há vários ministros da área econômica que ainda não se deram conta de que o povo quer mudanças”. Na ocasião, disse que o modelo agrícola brasileiro é ‘burro’. Na sua palestra, destacou que ‘os setores dentro do próprio governo’ defendem a continuidade do modelo econômico ‘neoliberal’. Conforme o líder sem-terra, o modelo neoliberal está presente na defesa da adesão à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), às regras do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. Stedile chama de ‘regras fantasiosas’ da OMC (Organização Mundial do Comércio). Outro ponto criticado por ele foi o de que há setores no Brasil que estão defendendo uma ‘reciclagem do modelo neoliberal, sem modificá-lo’, que estaria expressa em ‘pequenas mudanças na taxa de juros, em políticas sociais compensatórias’ e em ‘ilusões de que o tempo nos trará respostas’.

Stedile propõe modelo alternativo

Projeto Popular para a economia brasileira

O líder do MST propõe a adoção de uma 'projeto popular' para a economia brasileira. Afirmou: "Ou o povo brasileiro decide sobre seu destino ou vamos ser colônia por muito tempo". Questionado se o 'modelo burro' para a agricultura brasileira continua neste governo, Stedile não deu uma resposta direta. "Acho que não podemos manter apenas o modelo agrícola chamado das fazendas modernas, como se ele fosse solução para o emprego. Ele deve continuar como um segmento, mas a ação do setor público agrícola deve ser para eliminar o latifúndio improdutivo, que é um peso social na nossa sociedade, e ao mesmo tempo viabilizar a agricultura familiar, com a agroindústria, e distribuir terra para os que hoje são pobres, excluídos, possam se viabilizar com a reforma agrária", afirmou o coordenador do MST.

Pirataria Ecológica

O cupuaçu da Amazônia foi patenteado por uma empresa japonesa

A chamada de capa da revista *ISTOÉ*, dia 24/09/03, apresenta um problema histórico muito sério que é o da Pirataria Ecológica. Um dos casos apontados pela revista é o do cupuaçu – fruta exótica da Amazônia parecida com o cacau que é usada para fazer uma espécie de chocolate e um delicioso sorvete – que foi patenteada pela Asahi Foods, para produzir o cupulate, chocolate do cupuaçu. A empresa britânica The Body Shop patenteou o extrato da fruta para a produção de cosméticos. Há mais de 500 anos, "a pirataria vem se adaptando aos tempos e hoje usa artifícios mais sutis e se aproveita principalmente do descaso e da falta de leis". O acima citado cupuaçu (...) patenteado pela empresa japonesa Asahi Foods, que é a nova proprietária do fruto amazônico, é um caso no mínimo estranho. "Tão estranho como se uma empresa brasileira patenteasse o arroz ou o molho de soja, o shoyu, e começasse a cobrar pelo seu uso". O prejuízo que o Brasil tem com a biopirataria, segundo o Ibama, é de 16 milhões de dólares por dia. Além do cupuaçu, agora japonesa, estão levando sapos, cobras, plantas e árvores. Muitas árvores. "Só com o mogno, a madeira tropical mais nobre e valiosa do mundo, o Brasil deixou de faturar , de 1971 a 2001, nada mais do que 4 bilhões de dólares. Sem falar da devastação".

Riqueza ameaçada

Patentes sobre genes e princípios ativos encontrados na natureza

A revista *ISTOÉ*, dia 24/09/03, apresenta uma matéria extensa sobre os piratas modernos, a biopirataria e a devastação de riquezas no Brasil. Isso acontece no Brasil há mais de 500 anos depois que as caravelas portuguesas fincaram suas âncoras por aqui. Estes colonizadores europeus, que saquearam as colônias, deram lugar aos piratas disfarçados de turistas, pesquisadores ou missionários. "Seu objetivo continua o mesmo: apropriar-se das riquezas da maior biodiversidade do mundo, úteis na produção de alimentos, remédios e cosméticos. A grilagem evoluiu a reboque da indústria farmacêutica e da biotecnologia. Um quarto dos atuais medicamentos industrializados é derivado de plantas, o que representa um mercado mundial de 14 bilhões de dólares ao ano, sendo 124 milhões de dólares só do Brasil". Citamos aqui apenas alguns casos, para termos uma idéia da dimensão do crime ecológico e da biopirataria, que continua acontecendo no Brasil. Temos o caso da fruta do biribiri, registrada pelo laboratório canadense Biolink, apensar de usada há gerações como anticoncepcional pelos índios uapixanas, de Rondônia. O professor Sérgio Ferreira, da faculdade de medicina de Ribeirão Preto, descobriu no veneno da jararaca uma substância capaz de controlar a pressão arterial.

Como não tinha dinheiro para continuar sua pesquisa, aceitou uma parceria com o laboratório americano Bristol-Myers Squibb. Em troca, a empresa americana registrou a patente do princípio ativo Captopril, um mercado que gera 2,5 milhões de dólares ao ano em royalties, que o Brasil também paga. A casca e as folhas da árvore andiroba são usadas pelos povos da Amazônia como repelente de insetos, contra a febre e como cicatrizante. O laboratório Rocher Yves Vewgetale registrou nos Estados Unidos, na Europa e no Japão a patente do extrato desta árvore para a produção de cosméticos e remédios. Nas árvores da Amazônia, existe um sapo colorido que possui uma toxina analgésica 200 vezes mais potente do que a morfina. O laboratório americano Abbott sintetizou a substância e vende a droga. A árvore copaíba é considerada o antibiótico das matas. Tem propriedades expectorantes, desinfetantes e estimulantes. A empresa Technico-flor S/A registrou a patente mundial sobre cosméticos ou alimentos que utilizam a planta.

Frases da Semana

Argentina e o FMI

“A oferta argentina aos credores é coerente com o acordo fechado com o FMI, que todos consideraram frouxo. O Brasil vem economizando 4,25% do PIB para pagar juros, o que mostra que os argentinos poderiam fazer melhor” – David Beers, diretor-gerente para a área de Dívida e Finanças da Standard & Poor's, criticando o acordo Argentina-FMI, considerado *light* demais – **Folha de S. Paulo**, 23-9-03.

Brasil e o FMI

“O governo brasileiro introduziu o equilíbrio entre as políticas sólidas do Consenso de Washington e os objetivos sociais. O governo do presidente Lula era a direção de que a América Latina precisava” - Horst Köhler, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, comparando o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à era do ex-chanceler alemão Ludwig Erhard (1897-1977), considerado ‘o pai do milagre econômico alemão’ no pós-Guerra – **Folha de S. Paulo**, 23-9-03.

Os papagaios de sempre

“Aí, vêm os papagaios deste País, dizendo que a solução é a exportação. Não se dão conta de que o maior mercado consumidor de alimentos é aqui! Há 110 milhões de brasileiros loucos para comer, e a burguesia não deixa. E aí ficam disputando na OMC vender mais açúcar, mais suco de laranja para os Estados Unidos, achando que isso é desenvolvimento? Temos que pensar a produção de alimentos para o nosso povo, só assim vamos desenvolver nossa economia” - João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST – **O Estado de S. Paulo**, 23-9-03.

Brasil em Cancún

“O Brasil fez o que tinha que fazer ao liderar o bloco que não concordou com as propostas americanas e européias. Quando eles (americanos) falam em abrir o comércio, não querem fazer nada sobre agricultura. Nos EUA, existe a crença de que comércio é bom, mas importação é ruim” - Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, criticando o artigo de Zoellick, secretário do Comércio dos EUA, que acusa o Brasil de ter liderado o fracasso da reunião ministerial da OMC em Cancún – **O Globo**, 23-9-03.

Os jesuítas e os pobres

“É verdade que pode ter havido uma certa retirada no campo do trabalho com os pobres ainda que nosso trabalho segue sendo amplo. A impressão, contudo, é que o princípio da fé como geradora da justiça impregnou o resto das atividades da Companhia de Jesus, ainda que tenha havido uma recomendação para que aumente o número de comunidades que vivem em contato com os pobres”- José María de Vera, jesuíta encarregado do setor de comunicação da Companhia de Jesus em entrevista ao jornal *Diário Vasco*, 23-9-03.

Medo da alfabetização adulta

“Quando o programa Brasil Alfabetizado foi lançado, sabia que a parte reacionária da elite não se conformaria. Ela tem medo da alfabetização de todos os adultos porque passarão a disputar com aqueles cujo prestígio intelectual se sustenta na eliminação da concorrência de dezenas de milhões de pobres” – Cristovam Buarque, Ministro da Educação – *Folha de S. Paulo*, 28-9-03.

Horror ao farisaísmo

“Tenho horror dos homens sem dúvidas, sem inquietações, sem procuras, certos de tudo, infalíveis, dogmáticos, condenadores dos fracos, (...) dos complexos e que representam a eterna família dos fariseus. Tenho mais horror do farisaísmo do que do ateísmo” – Alceu de Amoroso Lima, no livro recém-editado *Cartas do Pai*, Instituto Moreira Salles, citado na *Folha de S. Paulo*, 27-9-03.

“Non omnis moriar...” sussurra João Paulo II

“Non omnis moriar multaque pars mei vitabit Libitinam” – verso do terceiro livro das Odes de Horácio, citado por João Paulo II segundo Marco Politi, importante vaticanista – *La Repubblica*, 28-9-03. Traduzindo: “Não morrerei de tudo e grande parte de mim escapará para Libitina”. Libitina é uma obscura divindade etrusca, que, na antigüidade, é recordada como deusa da morte.

MEMÓRIA

Franco Modigliani e Edward Said

FRANCO MODIGLIANI

*Traduzimos e publicamos o artigo abaixo publicado no jornal espanhol **El País**, em 28 de setembro de 2003, em memória do economista italiano Franco Modigliani, prêmio Nobel de Economia 1985 e falecido na semana passada.*

No livro *Minha vida como economista*, que recompila dez conferências autobiográficas de outros tantos prêmios Nobel de Economia, Franco Modigliani inicia a sua, contando uma conhecida história para defender que a de economista era a profissão mais antiga. Discutem um cirurgião, um engenheiro e um economista. O primeiro argumenta a sua primazia se apoiando em Deus que extrai uma costela de Adão; o segundo recorda que Deus fez primeiro o

mundo, separando a terra do mar, que encomendou, evidentemente, a um engenheiro. O economista, finalmente, se limitou a perguntar o que existia antes de Deus fazer o mundo. O caos, responderam. Quem lhes parece que foi responsável por isso?, concluiu. Modigliani prometeu relatar na conferência daquela noite a sua particular contribuição para o caos.

A releitura daquele ensaio, além de recordar a gênese de suas principais contribuições teóricas com evidentes aplicações práticas, convida a sublinhar as virtudes de quem, até o último momento, manteve uma consciência política ativa. Na quarta-feira, dia 24 de setembro, três dias antes de sua morte, ele encabeçava, juntamente com os laureados e professores eméritos do M.I.T, Paul Samuelson e Robert Solow, uma carta publicada no *The New York Times* na que protestavam pela concessão a Silvio Berlusconi de um reconhecimento pela Anti-Defamation League, devido as recentes declarações do primeiro ministro italiano em que qualificava a de Mussolini como uma 'ditadura benigna'. Não lhe faltavam elementos críticos para quem, desde o segundo ano da universidade, depois de ter se filiado a uma organização estudantil I Littoralli della Coltura, manteve sempre uma atitude inequivocadamente antifascista, que levou consigo para os EUA em agosto de 1939.

Em dois âmbitos, justificou o comitê do Prêmio Nobel o seu reconhecimento em 1985 a quem, com duas dezenas de livros publicados, já tinha ocupado a presidência da Econometric Society, a American Economic Association, a American Finance Association, além da presidência de honra da Internacional Economic Association: a análise das decisões de poupança pessoal, concretizada na 'teoria do ciclo vital' e suas contribuições para a teoria financeira da empresa, sintetizadas no teorema de Modigliani-Miller. O primeiro, como ele mesmo reconheceu, seria um tema central nas suas preocupações. Frente à proposição keynesiana de que a proporção da poupança cresce com a renda, Modigliani defendia a idéia de que a taxa de poupança tem uma característica cíclica. A poupança de um indivíduo estaria, em grande parte, determinada por sua renda relativa com respeito a seu nível habitual, e não por sua renda absoluta num período dado. Uma proposição que também era defendida por James Duesenberry, da Universidade de Harvard, que deu lugar à 'hipótese Duesenberry-Modigliani'; posteriormente, com a contribuição sempre recordada de seu jovem colaborador Richard Brumberg, formularia a 'teoria do ciclo vital da poupança'. Os indivíduos que acumulam riqueza durante sua juventude não o fazem tanto para transferi-la para seus descendentes quanto para consumi-la na velhice; a generalização dessa teoria ajudaria a explicar a diversidade de taxas de poupança em distintas sociedades em função da estrutura de idade das suas populações, favorecendo a antecipação das conseqüências de diversos sistemas de pensão.

Os dois ensaios com Merton Miller analisaram o efeito da estrutura financeira e da política dos dividendos sobre o valor de mercado de uma empresa. Demonstraram que sob determinadas hipóteses (ausência de impostos, informação assimétrica, além da existência de mercados perfeitos), o valor de uma empresa não é afetado pela distribuição do seu financiamento entre recursos próprios e recursos alheios.

Antes, depois ou entre ambas as linhas de pesquisa, levou a cabo outros projetos e contribuições igualmente valiosas, todos muito distantes da contribuição para o caos, talvez com algo de razão, reivindicada pela profissão.

EDWARD SAID

Reproduzimos o artigo abaixo, publicado na página www.nominimo.com.br em memória de Edward Said, falecido no dia 25 de setembro de 2004. O artigo é de Paulo Roberto Pires.

O ÚLTIMO INTELLECTUAL?

Edward Said teve a coragem e a dignidade, hoje raras, de confundir sua vida com uma causa. Por isso, sua morte nesta quinta-feira, aos 67 anos, depois de uma sofrida luta contra a leucemia, deve constar também na cronologia, tristemente ampla, de derrotas do povo palestino. Cala-se assim uma das pouquíssimas vozes com autoridade moral para defender o Estado Palestino acima de suas incontáveis divisões e incoerências internas e, também, investida de energia combativa para denunciar as lamentáveis imposturas da Era Sharon. A partir desta manhã, fica mais fácil para um Estado defender publicamente a morte de um chefe de outro Estado e, mesmo assim, ser tratado com condescendência pela comunidade internacional.

A noção de política, na biografia e na obra de Said, era encharcada de vida. Não queria ele disputar cargos – em julho de 2000, foi fotografado, atirando pedras contra um posto abandonado do exército israelense na fronteira do Líbano. Absteve-se, sempre que possível, de entrar no circuito de galardões intelectuais – em 2002, recebeu um Prêmio Príncipe de Astúrias, mas jamais fez papel de bom moço em retóricas infantilizadas sobre a paz, altamente condecoráveis. Finalmente, preferiu não viver confortavelmente das vantagens *star system* acadêmico – defender os palestinos no meio acadêmico nova-iorquino lhe valeu um atentado a bomba contra seu gabinete na Columbia University, onde dava aulas no departamento de Inglês e Literatura Comparada.

Foi, em suma, um intelectual no sentido mais clássico, personagem que ele mesmo tentou elucidar em **Representações do intelectual**. E isso não é pouco numa era em que o trabalho intelectual, canalizado pelas universidades e institutos privados e oficiais, tende a ser privado de sua qualidade essencial: a independência. Said sempre esteve mais próximo do intelectual que, tendo angariado prestígio em sua área específica de atuação – no caso dele, os Estudos Literários – utiliza-o como aval para uma atuação pública, na defesa de interesses coletivos que vão além de sua especialidade.

Nascido na Palestina em 1935, Edward Said foi criado entre Jerusalém e o Cairo até a adolescência, quando se mudou definitivamente para os Estados Unidos e lá fez carreira acadêmica. A experiência do exílio, cultural e lingüístico, marcaria decisivamente sua atividade intelectual, como ele escreveu na magnífica introdução a **Reflexões sobre o exílio**, lamentavelmente excluída da versão brasileira (reduzida) do livro: “Retrospectivamente, a experiência palestina parece ter predisposto minha própria atenção crítica em favor das formas de existências não-acomodadas, essencialmente expatriadas ou diaspóricas, aquelas que parecem destinar-se a permanecer a alguma distância do sólido descanso do repatriamento”. Em 1999, um professor israelense acusou-o de falsificar suas memórias, *out of place*, para melhor acomodar-se ao figurino do exilado, numa série de artigos que levantou vozes de todas as tendências políticas e ideológicas em defesa de Said.

É comum, no entanto, que figura pública e escritor não estejam uma à altura da outra. No caso de Edward Said, a sintonia entre combate e *expertise* foi perfeita. Os artigos, ultimamente publicados em jornais de todo o mundo (e reunidos na excelente página www.edwardsaid.org), tinham como fundamento, essencial, um sólido trabalho acadêmico, iniciado na década de 1970 e que tem seu grande momento em **Orientalismo** (Companhia das

Letras), um brilhante ensaio sobre as marcas de poder, barbárie e etnocentrismo deixadas pelo Ocidente na construção de uma imagem do Oriente que costumamos aceitar como “natural”. Este livro fundamental seria tomado como bíblia dos estudos do multiculturalismo – e por eles, muitas vezes, diluído e simplificado – e acabaria influenciando decisivamente pesquisas de História, Antropologia e Literatura.

Coerente com a eleição da liberdade como valor primeiro do intelectual, Said praticou principalmente o ensaio, gênero próprio ao trânsito por vários territórios. Pianista e grande conhecedor de música erudita, escreveu brilhantes textos sobre o tema (alguns deles reunidos em *Elaborações musicais*, editora Imago) e coordenou, ao lado do maestro judeu Daniel Barenboim, um grande amigo, a formação de uma orquestra erudita formada por jovens músicos israelenses e palestinos, experiência que deu origem ao livrinho de diálogos *Parallels and Paradoxes: Explorations in Music and Society*, publicado no ano passado.

Em suas incursões ensaísticas, Said deixou ainda um precioso volume de crítica de mídia, *Covering Islam (Cobrindo o Islã*, inédito em português). Publicado em 1981 e atualizado em 1997, o livro, que tem como subtítulo “Como a mídia e os especialistas determinam como vemos o resto do mundo”, é um preciso mapa para se entender melhor o vergonhoso bombardeio de meias verdades e a manipulação ostensiva do noticiário internacional depois dos ataques de 11 de setembro, incluindo as invasões do Afeganistão e do Iraque.

Naquele mesmo texto de *Reflexões sobre o exílio*, que volto a citar pelo comvente tom retrospectivo e autobiográfico, Said resumiria desta forma o ponto de vista que construiu para refletir sobre assuntos tão distintos entre si: “a tarefa crítica do exílio é permanecer de certa forma cético e sempre em alerta, um papel que associei aqui em ‘Representações do intelectual’ à própria vocação intelectual, que igualmente recusa o jargão da especialização, os afagos do poder e – fundamentalmente – o silêncio do não-envolvimento”.

Fiel a esta opção pela deriva, por frustrar as expectativas que se tinham dele, Edward Said viveu para o envolvimento e participação. Como poucos, deixou marcas decisivas tanto na vida pública quanto no trabalho teórico. Neste, escreveu aquele tipo de livro transformador, que se carrega para sempre como uma forma de questionar os modos de ver; naquela, era um oásis de equilíbrio na tempestade de opiniões facciosas. Depois do ataque ao World Trade Center, foi o primeiro a advertir para a polarização no histórico artigo “Oriente e Ocidente são bandeira inadequadas”. Sua lucidez e contundência já estão fazendo uma terrível falta.

O jornal O Estado de S. Paulo de hoje, 29-09-03, publica a nota sobre Edward Said, que reproduzimos a seguir:

ÚLTIMO LIVRO DE EDWARD SAID SAI EM 2004

Morreu de câncer, na última quinta, o intelectual palestino Edward Said. Ele era um dos convidados do Encontro Internacional pela Paz e contra a Guerra, em Porto Alegre, no ano que vem. O último livro da Said, *Freud and the Non-European*, será publicado pela Boitempo em fevereiro do ano que vem, com tradução de Arlene Clemesha. No livro, o intelectual explora as implicações da obra de Sigmund Freud, Moisés e o Monoteísmo para a política do Oriente Médio hoje.

ACONTECE

ENCONTRO DO SETOR SOCIAL DA COMPANHIA DE JESUS

No último dia 19 de setembro, aconteceu, em Curitiba, Paraná, o Encontro Regional do Setor Social da Província Brasil Meridional da Companhia de Jesus. Representando o Instituto Humanitas Unisinos, compareceu o Prof. Laurício Neumann, coordenador da Área de Concentração Ética, Cultura e Cidadania do IHU. No encontro, fez-se uma análise de conjuntura dos últimos acontecimentos no Brasil. Dentre os demais assuntos debatidos no encontro, estão o acolhimento de refugiados da Colômbia no município de Porto Alegre; a apresentação do Cepat, de Curitiba, que pretende chamar padres e párocos para auxiliar em suas ações sociais e na busca de agentes de formação sobre as águas; a aplicação de uma pesquisa nos colégios ligados à Companhia de Jesus para obter um reflexo do setor social nesses locais; e o programa Fome Zero, muito criticado em seu planejamento, desde o começo, tendo como ações concretas, até o momento, o grande volume de publicidade e o cartão-alimentação. O grupo levantou algumas observações das ações da sociedade civil, positivas, porém isoladas, com relação ao Fome Zero e com relação a experiências de troca, mostrando uma busca de opção alternativa ao capitalismo, embasada na economia solidária. O grupo discutiu uma das conclusões do Encontro Geral do setor social da América Latina, realizado no mês de julho deste ano, em Quito, Equador: o relatório da Alca. Ele deve ser encaminhado para todas as instituições da Companhia de Jesus de forma mais didática, com uma carta de apresentação, para estimular a leitura.

A partir de todas essas discussões, a comissão levantou possíveis ações diante dos fatos analisados. Entre elas, considera-se a necessidade de levar a mais pessoas o conhecimento do que está acontecendo, nos níveis estrutural e conjuntural; apostar mais na formação política e no movimento popular; voltar a organizar mobilizações de massas fortes e articulá-las contra o modelo, a Alca e o FMI.

Outra pauta do encontro foram as conclusões do encontro da Comissão Nacional do Setor Social da Companhia de Jesus, realizado neste mês de setembro, em Belo Horizonte. Entre os tópicos discutidos levantou-se a necessidade de canalizar os projetos do Setor Social para a preservação da Amazônia; a criação de um centro avançado de pesquisa com um centro de espiritualidade na região amazônica, atingindo todos os países da Bacia Amazônica; trabalhar a questão do plebiscito sobre a Alca, sobre a auditoria da dívida externa e a revisão da Base de Alcântara; formar uma rede de intercâmbio dos jesuítas de diversos países em torno da governança e do livre comércio de sustentabilidade; a participação do Setor Social no Fórum Social Mundial de 2004, na Índia; e a elaboração de um estatuto para a comissão nacional do Setor Social.

EVENTOS IHU

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

No próximo dia 9 de outubro, a sala 1G119 do IHU será espaço para mais uma edição do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil** - 2ª. Etapa. O Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na Fundação de Economia e Estatística (FEE), falará sobre o livro **A revolução burguesa no Brasil**, de Florestan Fernandes. O evento acontecerá das 14h às 17h.

IHU IDÉIAS

Na última edição do **IHU Idéias**, dia 25 de setembro de 2003, foi debatido o tema *A domesticação do exótico*, com a ajuda da Profª. Drª. Paula Caleffi, do PPG em História e coordenadora do Curso de História na Unisinos. A professora fez uma reflexão sobre a questão indígena atual brasileira, enfatizando a domesticação das manifestações étnicas, utilizando o multiculturalismo como instrumento teórico.

Ecoss do Evento

“Eu já tenho familiaridade com o tema, porque estou fazendo minha pesquisa de mestrado com uma comunidade indígena guarani. A fala da Paula abre um leque e aponta para várias coisas que levam à compreensão geral e entendimento das pequenas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, e como essas comunidades são vistas na nova conjuntura política neoliberal mundial, ao mesmo tempo, no nível nacional e estadual”.

Angela Hofmann, aluna do Mestrado em Educação da Unisinos.

“Foi uma exposição magnífica, que colocou o multiculturalismo e a questão indígena nos parâmetros da globalização hoje”.

Prof. Dr. Werner Altmann, coordenador do PPG em História da Unisinos.

Na próxima quinta-feira, dia 2 de outubro de 2003, o professor René Gertz, da PUCRS, falará sobre **A Revolução de 1930: história e historiografia**. Gertz é professor titular na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ PPG em História na PUCRS, graduado em História pela Unisinos, mestre em Ciência Política pela UFRGS, e doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FUB) Alemanha. Confira na matéria de capa desta edição uma entrevista com o professor René.

Acompanhe a programação do **IHU Idéias** para o mês de outubro:

09/10/03 – “Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS” - Prof. Dr. Gunter Axt, historiador e pesquisador do Memorial do Judiciário e do Memorial do MPRS/RS.
16/10/03 – “Júlio de Castilhos e o PRR: da oposição ao governo” – Profª. Drª. Eloísa Capovilla Ramos, professora na Unisinos.
23/10/03 – “A contribuição do gaúcho para a construção da identidade nacional” - Prof. Dr. Donald Schüller, professor aposentado na UFRGS.
30/10/03 - “Produção e regulamentação: as barreiras da televisão” - Prof. Dr. Valério Brittos, professor na Unisinos.

O **IHU Idéias** é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras, na sala 1G119, junto ao IHU, das 17h30min às 19h. Ao final da explanação, sempre são servidas bebidas: chocolate quente, café e água.

HUMANITAS ARTE

A segunda edição do evento **Humanitas Arte** inicia no próxima dia 6 de outubro. O artista plástico Paulo Chimendes terá suas obras de litografia expostas na Sala de Seminários 1 da Biblioteca da Unisinos, no período de 6 a 17 de outubro de 2003. A abertura da exposição, no dia 6 de outubro, será às 17 horas. A exposição estará aberta das 8h às 22h. Além da mostra, o artista ministrará uma oficina gratuita sobre litografia, nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2003, das 15h às 19h, sempre no mesmo local da exposição.

IHU On-Line conversou com Paulo Chimendes, no Museu do Trabalho, em Porto Alegre, sobre sua obra e sobre a **Humanitas Arte**, primeira exposição do artista em uma universidade. Paulo é artista plástico e um raro litógrafo do Rio Grande do Sul. Dedicado à litografia, ele também utiliza outras técnicas de gravura, como a xilogravura e a gravura em metal, desenho e pintura realizando oficinas e cursos no Museu do Trabalho, em Porto Alegre. Paulo Chimendes estudou desenho com Paulo Peres no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, integra a Oficina 11, Atelier de Litografia e Gravura em Metal, fez diversas exposições individuais e coletivas e participou de vários salões e mostras, sendo premiado em seis deles.

IHU On-Line- Em que consiste seu dia-a-dia de artista?

Paulo Chimendes- Dou aula aqui no Museu do Trabalho, pinto, faço gravura, desenho. Gosto de trabalhar com os artistas, cada um deles me traz uma novidade. Há uma troca de experiências, e valores, cresço com isso e entendo mais a arte.

IHU On-Line- Descobriu cedo sua aptidão para as artes?

Paulo Chimendes- Comecei a fazer atelier livre com 12 anos e, com 18, fiz minha primeira exposição individual, em 1972. De todas as áreas, com a que mais me identifiquei e na que mais me especializei foi a litografia. Gosto de mexer em tudo o que move a criatividade, gosto de me envolver com a criação artística. Sou meio autodidata nessa história toda. Não fiz faculdade, mas sempre acreditei que a arte era uma coisa muito mais intuitiva e que era para mim. Meus pais sempre me apoiaram, me colocaram na escola de arte para poder percorrer a vida e desenvolver algum trabalho, já que em outros caminhos não me achava. Sempre tive muito claro o que queria. Faço litografia há 25 anos.

IHU On-Line- Como descreveria as obras que estarão expostas no Humanitas Arte?

Paulo Chimendes- Na exposição apresentarei cinco gravuras, grandes e médias. São formas e desenhos, elementos que têm movimentos, explodem, são eróticos, são críticos. Fragmentos de leituras minhas das coisas, experiências de meu olhar, da minha fantasia que não diz nada específico, mas sugere muitas coisas, sobretudo, leituras a serem feitas por olhares diferentes e plurais. Experiências do olhar, como tu enxergas e como tu transformas, com teu olhar, essas formas. Algo que existe e não existe, uma espécie de surrealismo. As formas que eu sugiro possibilitam a imaginação e pluralidade de interpretação. O que eu penso me leva a criar formas que, ao mesmo tempo, são recriadas pelos olhares que passam por aquelas formas. Outras bagagens, outras releituras. Um espaço de democracia.

IHU On-Line- Por que é importante difundir a arte no mundo universitário?

Paulo Chimendes- O fato de as obras estarem na biblioteca da Unisinos já é significativo, no sentido que põem em contato diversos mundos como a arte, o conhecimento e a tecnologia. Elas, em um lugar de passagem, despertam, fazem pensar e desenvolver a criatividade. Será importante o contato com os universitários pelo intercâmbio que nos possibilita. Eles poderão aprender o que é uma gravura e serão nossos compradores, futuros colecionadores, artistas... Eu trabalho com diversas universidades, porque são poucos os ateliês que têm litografia, e as universidades não têm disciplinas de litografia, então mandam os alunos a percorrer ateliês. Quando escutam a história da litografia, eles ficam encantados. Temos a possibilidade de contribuir com a própria sociedade, partilhando um conhecimento cultural importante. É uma troca. De maneira geral, é fácil perceber como a arte sensibiliza as pessoas. Elas param o ritmo frenético do cotidiano, para refletir o que está acontecendo em relação a elas mesmas. A poesia também leva a isso. Ajuda a nos acalmar, refletir mais...Numa sociedade cheia de choques, de estímulos para tudo o que é lado, a arte abre um espaço de negociação de criatividade dentro de um outro espaço, o universitário, onde circulam idéias e valores. Deixamos mais pensativos. A arte é essencial para a humanidade. Se o mundo a levasse mais a sério, seria mais aberto e colorido, as pessoas seriam mais sensíveis e se respeitariam muito mais. Nas oficinas, nos dias 7 a 9, na Unisinos, instalaremos um pequeno ateliê com prensa e pedras calcárias, para que os participantes tenham um pouco toda essa experiência por meio da litografia.

ABRINDO O LIVRO

Hoje, dia 29 de setembro de 2003, é dia de **Abrindo o Livro**. A Prof^a. Dr^a. Suzana Kilpp, professora e pesquisadora do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, será responsável pelo debate sobre o livro **Obras Escolhidas Volume 1: magia e técnica, arte e política**, de Walter Benjamin. O evento é gratuito e acontece das 19h45min às 22h, na Sala de Seminários 2, da Biblioteca da Unisinos. Suzana Kilpp é doutora em Ciência da Comunicação pela Unisinos, é mestre em História e graduada em Farmácia e Bioquímica e Administração. Seu livro mais recente, ainda no prelo, é **Ethnicidades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. Sobre a temática a ser abordada na apresentação de hoje, os leitores e as leitoras de **IHU On-Line** podem conferir uma entrevista com a professora Suzana Kilpp publicada na edição número 76, de 22 de setembro de 2003.

SALA DE LEITURA

Amanhã, dia 30 de setembro, inicia uma nova atividade promovida pelo Instituto Humanitas Unisinos, dentro das comemorações dos dois anos da sua existência: o evento **Sala de Leitura**. O evento tem como objetivo divulgar livros escritos pela comunidade interna da Universidade. Periodicamente, o IHU oferecerá a oportunidade para que colegas da Unisinos possam apresentar os seus livros publicados, a partir de 2003.

O evento consistirá na apresentação do livro por parte do autor e na leitura de um trecho da obra e terminará com alguns minutos de debate e uma sessão de autógrafos. Vinho e água serão servidos aos participantes.

Na sessão de abertura do evento, no próximo dia 30, das 17h30min às 19h, na sala 1G119, o professor Danilo Romeu Streck, coordenador do PPG em Educação da Unisinos, fará a apresentação do livro de sua autoria **Educação para um novo contrato social**. Petrópolis: Vozes, 2003. Confira na edição número 76 de **IHU On-Line**, de 22 de setembro de 2003, uma entrevista concedida pelo professor Danilo Streck sobre seu livro.

ENCONTROS DE ÉTICA PARA ALUNOS

A próxima edição do evento **Encontros de Ética para Alunos**, promovido pelo IHU, terá como tema “*Sigmund Freud, o Pastor Pfister e a ética: uma abordagem interdisciplinar*” e acontecerá dia 6 de outubro, na sala 1G119, das 17h30min às 19h. A Prof^ª. MS Karin Hellen Kepler Wondracek será responsável pela condução do debate. O evento é gratuito e aberto a toda a comunidade acadêmica. Na próxima sessão, com data marcada para 20 de outubro, o Prof. Dr. Castor Ruiz, do PPG em Filosofia da Unisinos, abordará o tema “Questionamentos da prática ética ao modelo liberal de liberdade”.

II JORNADA DE ESTUDOS SOBRE RELIGIÕES E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Com o objetivo de possibilitar a formação conjunta e dialogada de comunidades e lideranças de diferentes religiões ou opções religiosas atuantes na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Instituto Humanitas Unisinos, através do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDIREC), promovem a **II Jornada de Estudos sobre Religiões e Diálogo Inter-Religioso** no próximo dia 8 de novembro de 2003, das 9h às 12h, no Auditório Central da Unisinos. A programação inicia com a palestra *A história das religiões e o diálogo inter-religioso*, com o Prof. Dr. Martin Norberto Dreher, do PPG em História da Unisinos. Em seguida, será discutido o *diálogo inter-religioso sob o ponto de vista de três religiões*: Círculo Espírita Francisco de Assis, com o vice-presidente Antônio Cazzuni Dias; Centro de Umbanda Seara de Preta Velha Zimba do Congo, com a Sacerdotisa Mãe Águida Guiomar Pires; e Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com o Pastor Adalberto dos Santos Dutra. Ao final do encontro, será aberto um espaço para a troca de idéias com as comunidades. A coordenação é do Prof. Dr. José Ivo Follmann, diretor do Centro de Ciências Humanas.

IHU REPÓRTER

José Luiz Braga

Nascido em Porto Alegre, o atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, José Luiz Braga, filho de pai pernambucano e mãe carioca, envolveu-se, desde jovem, com a vida acadêmica. Após transitar por diversas cidades e por diversas áreas de conhecimento, considera o período atual de sua vida como a oportunidade de participar da construção de uma Universidade que se qualifica para ser uma das melhores do Brasil. Com tom calmo, olhar pensativo, humor e extrema simplicidade, o pesquisador partilha sua trajetória, sonhos e desafios.



Trajatória - Meu pai era engenheiro, construía pistas de avião. Logo depois de eu nascer, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, Recife, São José dos Campos, nunca parou. As mudanças me ensinaram a adaptar-me aos desafios, encontrar estímulos e superar dificuldades. Também circulei nas áreas de conhecimento. Formei-me em Direito, fiz Pós-graduação em Ciências Políticas, na França, Mestrado em Educação, nos EUA e Doutorado em

Comunicação, na França. Meu primeiro trabalho foi como professor de ensino secundário, em São José dos Campos. A educação levou-me à comunicação, interessei-me pela televisão educativa e trabalhei na TV Educativa do Projeto Saci, do INPE, em São José dos Campos e, posteriormente, em Brasília.

Experiências - Durante o Regime militar, em 1977, fui demitido da Universidade de Brasília (UnB), que, na época, tinha um reitor militar. A polícia militar tinha sido chamada para debelar o movimento estudantil e, com um grupo de professores, reivindicamos sua saída do Campus. Junto com outro colega, levamos o abaixo-assinado. Foi suficiente para a demissão. Isso me possibilitou entrar na Universidade da Paraíba, uma universidade pequena, com 600 professores, na época, mas que teve um desenvolvimento inédito, graças ao investimento de seu reitor, Lynaldo Cavalcante. Ele, em dois anos, fez a Universidade crescer para 2 mil professores, reunindo pessoas do Brasil inteiro. Foi um período riquíssimo do ponto de vista intelectual. Entre muitos estímulos e experiências acadêmicas de interação interdepartamental, os professores foram incentivados pelo reitor a fazer seu doutorado – foi quando me doutorei, na França. Com a anistia, fui reintegrado na UnB, em 1987. Hoje encontro colegas dessa época em universidades e eventos, em todo o Brasil.

Família - Tenho dois filhos de um primeiro casamento, André (37) e Victor (30). Regina, minha companheira, é co-autora do meu último livro **Comunicação e educação: questões delicadas na interface**. (São Paulo, Hacker Editores, 2001). Tivemos muita satisfação em escrever esse livro juntos. Relendo o livro nem conseguimos mais perceber o que um escreveu ou o outro.

Autores - Lucien Goldmann, filósofo e sociólogo da cultura, que para mim foi muito marcante. Roberto Schwartz, que descobri à época de meu doutoramento, é um autor fundamental para uma compreensão do trabalho com idéias, no Brasil.

Livros - **Para uma sociologia do romance**, de Lucien Goldmann e **Ao vencedor, as batatas**, de Roberto Schwartz. Este segundo faz uma análise sociológica de Machado de Assis, e gera, por meio desse estudo, uma verdadeira teoria do Brasil.

Filmes - Gosto especialmente dos filmes dirigidos por Ettore Scola. Lembro, entre outros *A noite de Varennes* e *O baile*.

Nas horas livres - O ritmo de nosso PPG é intenso, é difícil falar em horas livres. Mas quando há, gosto muito de conversar com minha mulher, ir ao cinema, fugir da academia com a leitura de romances policiais.

Um presente - O importante do presente está no gesto. Os melhores presentes são imateriais. Às vezes, são falas ou gestos inesperados.

Pós-Graduação em Comunicação - Estou aqui há 5 anos. Conheci a Prof^a Ione Bentz nos congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), quando eu era presidente da entidade. Já conhecia o Prof. Antônio Fausto Neto, de percursos em comum em outros espaços universitários (inclusive na UFPB). Quando me aposentei na UnB, eles estavam trabalhando no desenvolvimento do PPG em Comunicação na Unisinos. Junto com o Pe. Pedro Gomes, me fizeram o convite. Foi uma sábia decisão minha, ter aceitado. O programa apresentou um forte desenvolvimento na sua qualidade, no período

em que a Profª Ione era coordenadora. E os professores assumiram, com sua participação, esse desafio. Para mim foi um privilégio ter sido chamado a cooperar com esse trabalho.

Um grande sonho - Há sonhos que estão vivos, mas sei que eu não vou vê-los, como o da paz mundial ou o da justiça social. Aos 20 anos, poderia crer que eu os veria, hoje não. Eu também passei por grandes sofrimentos como perder meu pai, aos 4 anos, em acidente de avião, e minha mãe, mais recentemente, numa situação mais esperada, pela idade. Não ter que passar por situações semelhantes já seria o suficiente. Meus sonhos são modestos, estão ligados ao dia-a-dia. Sinto-me tão favorecido pela vida, é fácil na verdade estar em situações de difícil enfrentamento, no mundo. Não gostaria de abusar de minha sorte querendo mais ainda.

Unisinos - É minha primeira experiência em universidade particular. Para mim foi interessante descobrir o conceito público que norteia esta universidade. Está se qualificando para se tornar uma universidade de ponta no país. A preocupação e exigência com a qualidade são grandes.

IHU - É um desses indicadores da capacidade da Unisinos de gerar coisas novas. Parece-me um exemplo de referência ética e humanística. No momento em que a academia percebe os limites da ultra-especialização, que gera uma percepção tecnocrata da realidade, o IHU investe na busca do humanístico e do ético.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Eventos IHU

No dia 24 de setembro de 2003, a coordenadora adjunta do IHU, Profª. Vera Regina Schmitz, reuniu-se com o promotor de eventos Alexander Penz Mendes, da Central de Eventos da Unisinos, para conversar sobre o fluxo dos eventos do IHU.

Impressão do IHU On-Line

Também na tarde do dia 24, a coordenação do IHU esteve em reunião com a equipe de comunicação do IHU, com Sérgio Paulo Dapper, do Setor de Suprimentos da Unisinos, e Alice Almeida, da empresa Impressos Portão. Em pauta esteve o novo esquema de impressão do boletim IHU On-Line.

Política Habitacional

A coordenação do IHU esteve reunida, na tarde do dia 24 de setembro, com o Prof. Cláudio Coelho Marques, assessor para Assuntos Municipais e Regionais da Unisinos, e a secretária Simone Manfredini. O tema do encontro foram os encaminhamentos a respeito do evento *Seminário sobre Política Habitacional e Prefeituras Municipais*, que acontecerá no dia 29 de outubro, promovido pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Coredes) do Vale do Rio dos Sinos, do Vale do Rio Caí, do Vale do Rio Paranhana e da Encosta da Serra. A participação do Instituto Humanitas Unisinos se fará por meio de apoio ao evento, que é coordenado pelo Prof. Cádido Coelho Marques.

Pós-graduação em Cooperativismo

A coordenadora adjunta do IHU, Prof^a. Vera Regina Schmitz, reuniu-se com Sandra Camilo, nova secretária dos cursos de pós-graduação do Centro de Ciências Humanas, na tarde do dia 24 de setembro. Na ocasião, a professora Vera passou-lhe as informações dos cursos de pós-graduação sobre Cooperativismo.

Mulheres em contexto de prostituição

Nos dias 23 a 27 de setembro, Inácio Neutzling, coordenador do IHU assessorou, em São Paulo, um encontro internacional de mulheres vindas das Filipinas, Espanha, Argentina, México, Porto Rico, Venezuela, Colômbia, Itália e Brasil que tinha como tema "Mulheres em contexto de prostituição". Temas como tráfico de mulheres, prostituição infantil e turismo sexual foram algumas das temáticas abordadas.

INTERATIVO

Sala de Leitura



"Acabei de ler o livro do psicanalista francês Charles Melman, **Novas formas clínicas no início do terceiro milênio**. Porto Alegre: CMC Editora, 2003. 160 p., em primeira mão, que, em poucos dias, estará nas livrarias. Este brilhante aluno de Lacan aborda os desafios da psicanálise diante da mutação cultural em curso, a partir da hipótese de uma nova economia psíquica na qual se refletem os efeitos subjetivos da economia de mercado globalizada. Trata de temas novos e polêmicos, como o que faz os casais se manterem juntos?, a adoção de filhos por casais homossexuais, o "politicamente correto", o fanatismo, cenas de horror na televisão e na internet, a relação com a depressão, a histeria, as toxicomanias, a psicose e o uso de psicofármacos. É um livro que interessa tanto aos analistas quanto a todos que estão confrontados com os impasses sociais e subjetivos inusitados".

Prof. Dr. Mario Fleig, professor do PPG em Filosofia, doutor e pós-doutor em Filosofia, coordenador do Laboratório de Filosofia e Psicanálise da Unisinos.



"O livro que leio atualmente, de autoria de Maurice Halbwachs, intitula-se **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Teoriza a questão da memória, entendendo-a como uma construção social. Examina o fenômeno da evocação da memória como reelaboração do passado a partir do presente, problematiza a diferença entre a História e a memória coletiva, as relações entre memória e tempo e memória e espaço. É uma referência importante para aqueles que trabalham com história oral e com técnicas de coleta de dados que se baseiam na memória".

Prof.ª Dr.ª Jiani Adriana Bonin, mestre em Extensão Rural, doutora em Ciências da Comunicação e professora do PPG em Comunicação da Unisinos.



“Atualmente, estou lendo **Negro dorso do tempo**, de Javier Marías. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução de Eduardo Brandão. É um romance bem interessante, cujo autor, espanhol de Madrid, tem suas obras traduzidas para 22 línguas. **Negro dorso do tempo** foi escrito, baseado em outro romance do autor, sempre fazendo relação entre a ficção e a realidade. Esse é o tema central desse livro. Ele fala que personagens de um livro seu anterior, chamado **Todas as almas**, foram incorporados por pessoas reais que ele conheceu, quando esteve em Oxford, como professor convidado. Ele afirma que se eles não eram os personagens, tranqüilamente poderiam ser. Um velho professor de Oxford inicialmente não se encontrou no romance e ficou furioso. Mais tarde, se identificou com um dos personagens e começou a imitá-lo. Numa entrevista sobre esse livro, Javier falou que teve ‘a sensação todo esse tempo de que a ficção tem começado a invadir minhas realidades’. Ele introduz fac-símiles de jornais e outras reproduções da mídia misturadas com o texto do romance, para serem testemunhas, provando ao leitor que aquilo aconteceu exatamente da forma narrada. A obra é, na realidade, um jogo contínuo entre os limites da ficção e as fraquezas da realidade, que não podem deixar de ser narradas”.

Prof. Dr. Fernando Andacht, mestre em Lingüística Geral e doutor em Estudos Latino-americanos e professor do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Prof^a MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@icaro.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Prof^a Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Projeto gráfico: AgexCom. IHU On-Line circula às 2^{as} feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio <http://www.ihu.unisinos.br/>. Sua versão impressa circula internamente na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS